

Ana Lúcia Aranda Correia

PRÁTICAS INTERVENTIVAS EM CASA DE ABRIGO JUNTO  
DE CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2013

Ana Lúcia Aranda Correia

PRÁTICAS INTERVENTIVAS EM CASA DE ABRIGO JUNTO  
DE CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2013

Ana Lúcia Aranda Correia

Ass: \_\_\_\_\_

**PRÁTICAS INTERVENTIVAS EM CASA DE ABRIGO JUNTO  
DE CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa por Ana Lúcia Aranda Correia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Jurídica, sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani.

Porto, 2013

## **Resumo**

Na diversa literatura existente, verifica-se que é frequente o número de crianças que testemunham a violência entre os progenitores, bem como as consequências que dela advêm, de tal forma, que é necessário estar-se atento aos efeitos da exposição à violência interpaparental nestas crianças, no que diz respeito ao ajustamento global da criança, mas também ao ajustamento individual (Sani & Almeida, 2011). Dados de estudos internacionais revelam que metade das mulheres vítimas de violência doméstica que estão em alojamento de emergência traz os filhos com elas (Cunningham & Baker, 2004), estimando-se que, mais de metade dos residentes em casas de abrigo sejam crianças. Devido à presença de inúmeras necessidades que as crianças expostas à violência interpaparental acarretam, é pertinente que se intervenha junto destas, quer a nível individual, quer a nível grupal, sendo que os dois tipos de intervenção aplicados em conjunto são mais benéficos para elas (Peled & Davis, 1995).

O estudo qualitativo que desenvolvemos teve como objetivo, conhecer junto de técnicos que realizem funções em Casas de Abrigo existentes em território nacional, quais as práticas interventivas junto das crianças filhas das mulheres vítimas de violência doméstica. Trata-se de uma amostra intencional que pretendeu abarcar técnicos de ambos os sexos, idades, formação académica e experiência de trabalho, aos quais foi realizada uma entrevista estruturada preenchida em formulário próprio disponibilizada eletronicamente.

Apurou-se, que há uma clara consciencialização por parte dos técnicos relativamente às necessidades evidenciadas pelas crianças residentes nestes acolhimentos, sendo notória ainda, a escassa intervenção realizada com os filhos que acompanham as suas mães para as Casas de Abrigo. A intervenção está direcionada para as progenitoras, para serem trabalhadas competências parentais, vinculação, práticas educativas, regras e rotinas, para que depois sejam aplicadas com os seus filhos. A intervenção direta com as crianças é secundarizada devido à falta de técnicos.

Esta investigação poderá ser um contributo para aprofundar o conhecimento relativamente às práticas interventivas usadas junto de crianças expostas à violência interparental em casas de abrigo e também para preencher lacunas que possam existir nestas estruturas, pois na maioria das vezes estas instituições dão prioridade às necessidades das mulheres, havendo assim um défice no que diz respeito à intervenção com crianças.

**Palavras-chave:** Casas de Abrigo; Crianças, Intervenção; Violência Interparental.

## **Abstract**

In the diverse existent literature, we can check that is frequent the number of the children that witness violence between parents, as well as the consequences that come from it, so, it's necessary to be aware of the effects from the exposure of these children to interparental violence, in respect to the global adjustment of the child, but also to individual adjustment (Sani & Almeida, 2011). Data from international studies reveal that half of the women that suffer from domestic violence that are in emergency accommodation bring their own children (Cunningham & Baker, 2004), it is estimated that, more than half of the residents of shelter houses are children. Due to the presence of countless needs that exposed children have, it's relevant that we act with them, either individually and in group, being that these two kinds of interventions applied together are more benefic to the children (Peled & Davis, 1995).

The qualifying study that we developed aimed for knowing which interventional practices used with children of women victims of domestic violence, near technicians that work in Shelter houses existent in national territory. It's about an intentional sample that intended to cover technicians of both gender, age, educational background and work experience, which was conducted a structured interview filled in a proper form, which was provided electronically.

It was proved, that there is a clear consciousness, by the way of the technicals in relation to the needs identified for children living at women shelters, still being notorious, the shortage intervention performed with the children that follow their mothers for the shelters. The intervention is directed for the mothers, to be worked parenting skills, vinculation, educational practices, rules and routines and then be applied to their children. The direct intervention with the children has been passed to the background, because there is lack of technicians on their shelters.

This research may contribute to deepen the knowledge concerning interventional practices used near children exposed to interparental violence at shelter houses, and, also to fill blanks that may exist in this structures, because in most cases these institutions give priority to women needs, instead of children's.

**Key words:** Shelters; Children; Intervention; Interparental violence.



## **Agradecimentos**

Finalizada esta etapa tão importante da minha vida, não poderia deixar de expressar o mais profundo agradecimento a todos aqueles que me apoiaram nesta caminhada e contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Sani, pela competência, disponibilidade que generosamente me dedicou, transmitindo-me os melhores e mais úteis ensinamentos, pela amabilidade demonstrada ao longo desta caminhada, pela paciência nos momentos mais críticos desta jornada e acima de tudo pelo rigor científico que contribuíram para o engrandecimento profissional e pessoal.

A todos os profissionais que de forma graciosa contribuíram para o meu estudo, partilhando comigo as suas experiências relativas ao exercício das suas funções enquanto técnicos de Casas de Abrigo. E não poderia esquecer-me de deixar aqui uma palavra de agradecimento, por todo o apoio e disponibilidade, aos meus orientadores de estágio curricular, à Mestre Patrícia Faro e ao Dr. José Pinto. Não esquecendo a Dr<sup>a</sup> Nídia Monteiro, pelos concelhos, pela partilha, muito obrigada.

Aos meus pais, António e Lurdes, por todo o carinho, amor, apoio, sacrifícios e, principalmente, por terem acreditado em mim, nas minhas capacidades, o meu muito obrigado. Ao meu irmão Nuno, pelo amor e pelo carinho.

Ao Pedro, pela força, carinho e apoio. Mesmo nos momentos mais difíceis estiveste lá. Obrigada pela paciência e principalmente pelo incentivo. Obrigada por nunca deixares de acreditar.

Às minhas colegas de turma e amigas (Joana, Lætitia, Eugénia, Vera, Sílvia, Margarida, Maria João e Sandra) que me acompanharam ao longo destes últimos anos. Obrigada pela amizade, pela partilha e força. Não me vou esquecer de vocês nem dos momentos que fomos partilhando.

Um especial OBRIGADA aos meus amigos, Margarida, Paulina, Ana, Liliana, Ariana, Rita, Carlos, Tiago e Sérgio por todo o apoio e força que me transmitiram nesta reta final, tão importante. A vossa amizade não tem limites, obrigada.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos os professores, que durante estes cinco anos compartilharam comigo o seu saber.

A todos, o meu MUITO OBRIGADA!

**“Se eu te pudesse dizer  
O que nunca te direi,  
Eu teria que entender  
Aquilo que nem eu sei.”**

Fernando Pessoa

**Dedicatória**

Aos meus Pais....

## Índice

Resumo	i
Abstract	iii
Agradecimentos	v
Dedicatória	vii
Introdução Geral	1

### **PARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÓMENO DA VIOLÊNCIA INTERPARENTAL**

---

#### **CAPITULO I. Violência interparental: Relação entre a violência doméstica e a vitimação da criança**

Introdução	4
<b>1.1.</b> História Evolutiva do conceito de violência contra a criança	4
<b>1.2.</b> Exposição à violência interparental e suas consequências	8
<b>1.2.1.</b> Estatísticas sobre a realidade Portuguesa	12
<b>1.3.</b> Teorias Explicativas do impacto da exposição à violência interparental	13
<b>1.3.1.</b> Hipótese do ciclo da violência	13
<b>1.3.2.</b> Modelo Cognitivo-contextual de Grych e Finchman (1990)	16
<b>1.4.</b> Respostas sociais para vítimas de violência doméstica em Portugal	19
<b>1.4.1.</b> As casas de abrigo enquanto resposta social	20
Síntese conclusiva	23

#### **CAPITULO II. Avaliação e intervenção com crianças vítimas de violência interparental**

Introdução	25
<b>2.1.</b> Aspectos éticos na avaliação e intervenção com crianças expostas à violência interparental	25

<b>2.2. Programas de intervenção individual e em grupo</b>	28
<b>2.2.1. Programas em grupo com crianças expostas à violência interpaparental</b>	29
Síntese conclusiva	34

## **PARTE II**

### **ESTUDO EMPÍRICO**

---

#### **CAPITULO III. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO**

Introdução	37
<b>3.1. Fundamentação metodológica: Metodologia Qualitativa</b>	37
<b>3.2. Objetivos do estudo</b>	38
<b>3.3. Método</b>	38
<b>3.3.1. Participantes</b>	38
<b>3.3.2. Instrumento</b>	40
<b>3.3.3. Procedimentos</b>	41
<b>3.4. Tratamento e análise dos dados</b>	42
<b>3.5. Apresentação dos resultados</b>	43
<b>3.6. Discussão dos resultados</b>	61
<b>Conclusão</b>	69
<b>Referências bibliográficas</b>	72
<b>Anexos</b>	81

## **Índice de siglas**

APAV- Associação Portuguesa de apoio à Vítima

ASJP- Associação Sindical dos Juízes Portugueses

CIG- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EMCVD- Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica

EPAV- Equipas de Proximidade e Apoio a Vítimas

GNR- Guarda Nacional Republicana

NIAVE- Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas

NMUME- Núcleo Mulher e Menor

PSP- Polícia de Segurança Pública

## **Índice de Quadros**

<b>Quadro 1.</b> Dados sociodemográficos relativos aos técnicos de casa de abrigo	40
<b>Quadro 2.</b> Categorias e subcategorias de análise	43

## **Índice de Anexos**

<b>Anexo I.</b> Guião da entrevista	82
<b>Anexo II-</b> Matriz conceptual referente ás categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo	83

## **INTRODUÇÃO GERAL**

Muitos pais acreditam que escondem a violência dos seus filhos, minimizando ou negando a presença de conflitos, mas na maioria das vezes, as crianças descrevem com detalhe e precisão a natureza dos incidentes (Baker & Cunningham, 2005; Suderman & Jaffe, 1999). A verdade é que as divergências entre as figuras paternas estão presentes no cotidiano destas crianças, devido à familiaridade e relacionamento com o perpetrador e a vítima. Segundo Gryncb e Fincham (1990) a exposição a situações conflituosas frequentes e intensas, nas quais existe agressão, acarreta mais sofrimento para a criança.

A presente dissertação de mestrado tem como tema central as práticas interventivas utilizadas pelos técnicos de Casas de Abrigo, a nível nacional, junto das crianças nelas acolhidas. O interesse por esta temática surgiu no decorrer do estágio efetuado numa Casa de Abrigo na região do Norte do país. Uma vez que as Casas de abrigo são estruturas que acolhem mulheres vítimas de Violência doméstica, acompanhadas ou não dos seus filhos menores, surge então o interesse pela intervenção realizada com os filhos dessas mulheres, pois a diversa literatura é bem clara no que diz respeito á estadia das crianças nestas instituições, tendo-as como o grupo maioritário. No entanto, apesar de a maioria dos residentes nestes abrigos serem crianças, estes serviços dão prioridade às necessidades das mulheres, o que acaba por deixar esquecido o trabalho com as crianças, e assim haver pouca investigação com as mesmas. Esta investigação irá mostrar se existe intervenção com as crianças acolhidas e qual o tipo de intervenção realizada, contribuindo para o conhecimento e aprofundamento desta área, da vitimação infantil.

A presente dissertação encontra-se estruturada em duas partes, uma parte teórica-conceptual e outra parte empírica.

A primeira parte está subdividida em dois capítulos. O primeiro capítulo remete para a contextualização do fenômeno da violência interpaparental, onde será apresentada uma breve história da evolução da violência contra as crianças, passa pelas consequências que advêm deste grave fenômeno. As crianças são uma população muito delicada, e como tal torna-se imperativo que se aborem os aspetos éticos a ter em conta na avaliação e intervenção com elas. Serão ainda abordados dois modelos explicativos do impacto da violência. Um último ponto será a abordagem da importância das Casas de Abrigo enquanto resposta social.

O segundo capítulo prende-se com os programas de intervenção com crianças expostas à violência interpaparental. Será efetuada uma distinção entre os programas de intervenção em grupo e individual, será apresentada ainda a pertinência e necessidade da realização dos programas em grupo, bem como os seus benefícios junto destas crianças acolhidas.

A segunda parte incluiu o terceiro capítulo, que corresponde ao estudo empírico, e apresenta o estudo efetuado no âmbito da presente dissertação de mestrado. Encontra-se neste terceiro capítulo o objetivo geral do estudo, mas também os objetivos específicos. Será apresentada também a metodologia de que fazem parte, a descrição do estudo onde se encontram discriminados os participantes, o procedimento e o instrumento utilizado para a recolha dos dados. Encontra-se ainda neste capítulo a análise e interpretação dos resultados através da análise de conteúdo.

A discussão dos resultados e as conclusões obtidas são os pontos que finalizam esta dissertação de mestrado.

**PARTE I**

**CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÓMENO DA VIOLÊNCIA  
INTERPARENTAL**

## **Capítulo I. Violência Interparental: Relação entre a violência doméstica e a vitimação da Criança**

### **Introdução**

O objetivo deste primeiro capítulo é a abordagem da violência doméstica, mais concretamente a violência perpetrada sobre crianças quando expostas à violência dos seus progenitores ou figuras parentais (violência interparental). Primeiramente, será realizada uma breve apresentação da história evolutiva da violência contra as crianças, seguidamente abordar-se-á a problemática da exposição à violência interparental, bem com as estatísticas desta temática a nível nacional, e posteriormente avançaremos para a análise das consequências sofridas pelas crianças vítimas de violência interparental. Serão ainda abordadas algumas teorias que explicam o impacto provocado pelo fenómeno da violência e por último irão ser expostas as respostas sociais existentes no que diz respeito ao acolhimento de crianças expostas à violência interparental, dando maior relevância às Casas de Abrigo enquanto resposta social.

#### **1.1. História evolutiva do conceito de violência contra a criança**

A violência contra crianças e adolescentes foi durante muito tempo um comportamento frequente e aceite pelas diversas sociedades, o que significa que não é um acontecimento recente. O infanticídio, a escravidão, entre outros são factos referidos na literatura. Já vem ocorrendo desde outras civilizações passadas, como a greco-romana e hebraica, a violência sob crianças e adolescentes. No século XIII a. C. foi imposta uma regra que impunha que os filhos desobedientes e indisciplinados deviam ser castigados pelos pais e esse castigo consistia em apedrejar a criança até à morte (Pires & Miyazaki, 2005).

O infanticídio foi uma das práticas mais utilizadas na Antiguidade e o que levava a que tal acontecesse era o facto de quererem eliminar os filhos que nasciam fora do casamento ou que nasciam com algum tipo de deficiências, mas principalmente para controlar a natalidade (Magalhães, 2004). A tarefa de aceitar ou não a criança cabia ao pai e quando este a rejeitava, esta acabaria por morrer por ninguém a querer acolher. Já com os Índios era diferente, pois estes apoiavam os seus filhos que eram bárbaros com os filhos dos inimigos, isto é, os filhos dos índios matavam e comiam os filhos dos inimigos dos pais (Pires & Miyazaki, 2005). Na Roma Antiga, eram exercidas práticas muito cruéis, as crianças rejeitadas eram martirizadas em altares próprios para o efeito, atiradas contra paredes e abandonadas sem roupas. Já na Grécia as crianças e adolescentes eram usadas como objetos sexuais pelos adultos, sendo criadas casas de prostituição próprias. No Egipto só eram consentidas relações sexuais com as crianças do sexo feminino, mas apenas até à chegada da menstruação, pois era um costume religioso. As crianças chegavam muitas vezes a ser vendidas a casas de prostituição em outros países como a China (Magalhães, 2004).

Foi nos Estados Unidos que em 1874 se iniciou a preocupação com a violência contra crianças e adolescentes. Já em 1946 houve um grande avanço em relação ao abuso infantil e em 1961 é descrito o “Síndrome da Criança Espancada” por Henry Kempe, que revela que ocorria em crianças muito pequenas, cujos pais não tinham uma explicação credível para os ferimentos delas (Pires & Miyazaki, 2005). Em Portugal esta temática iniciou-se em 1911, mas estudos mais aprofundados surgiram a partir da década de 80 (Magalhães, 2004).

A criança pode estar sujeita à violência na sua própria casa, através da violência exercida pelos seus pais, a denominada violência doméstica. Será este o conceito utilizado ao longo deste trabalho, uma vez que a sua definição abarca todo o tipo de violência praticada, quer contra a mulher, crianças e idosos, além de que é este o termo legal que vigora desde 2007.

Azevedo e Guerra (1995 as cited in Maldonado, Cavalcanti, & Williams, 2005), definem a violência contra as crianças como “todo o ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos de direitos e pessoas em condição de desenvolvimento” (p.36)

A violência contra a criança pode resultar em diversos tipos, entre os quais o abuso físico, psicológico, sexual e a negligência. O abuso físico é caracterizado por atos que resultam em lesão física. Este gênero de abuso é provocado de forma propositada, muitas vezes, por familiares das vítimas, mais concretamente os pais ou educadores destas. Os sinais mais comuns poderão ser cortes, hematomas, equimoses, contusões, abrasões, escoriações, feridas no rosto, lábios ou boca em diferentes fases de cicatrização, queimaduras de cigarro, ferro, substâncias causticas ou venenosas, sinais de mordeduras e alopecia traumática (Souza & Kantorski, 2003).

Outra forma de maus-tratos e a mais difícil de ser identificada por não haver “provas” visíveis que levem a tal conclusão é o abuso psicológico. Este tipo de mau trato envolve atos como rejeição, discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou adolescente. Comportamentos como punir, humilhar ou aterrorizar através de agressões verbais fazem ainda parte do abuso psicológico. Esta forma de abuso pode ainda envolver isolamento da criança, privando-a de experiências que são comuns à sua idade e ainda de estabelecer relações de amizade com os pares. Este tipo de violência provoca consequências profundas no desenvolvimento biopsicossocial da criança ou adolescente (Pires & Miyazaki, 2005).

Quanto ao abuso sexual, este ocorre quando a vítima é forçada a praticar atos que a expõe a estímulos sexuais impróprios para a sua idade, através de persuasão, mentiras, ameaças e outras violência, sem que tenha capacidade emocional, cognitiva ou mesmo física para se defender. O objetivo deste tipo de abuso é a satisfação do abusador, que pode ser classificado tendo em conta a forma e o contexto onde ocorre. No que diz respeito à forma do abuso sexual, este pode envolver ou não contacto físico podendo estes traduzirem-se em ações que envolvem, por exemplo, toques, carícias, exposição do genital ou atividade sexual explícita sem ou com penetração (oral, vaginal e anal) em práticas associadas a voyeurismo, assédio sexual, exploração sexual, prostituição, pornografia entre outras. De acordo com o contexto, o abuso pode ser intrafamiliar, extrafamiliar ou institucional. O abuso intrafamiliar é o mais frequente, e significa que acontece no seio da família do menor, podendo ser o pai, o tio, o avô e até mesmo pessoas que a criança ou adolescente considere ser da família. O abuso sexual extrafamiliar é a prática sexual que envolve uma criança ou adolescente e alguém que não faz parte da família, mas que é conhecido da vítima e é alguém que tem acesso à criança ou adolescente. Neste contexto, o agressor pode ser um vizinho, um professor, a ama e até mesmo algum amigo da família. Outro contexto onde pode ocorrer o abuso sexual, é o institucional, que como o próprio nome indica, ocorre no meio institucional em que a criança está inserida, onde o objetivo é cuidar da criança ou adolescente. Neste meio o agressor pode ser uma criança mais velha ou um cuidador pertencente à instituição (Magalhães, 2004; Pires & Miyazaki, 2005).

A negligência corresponde ao descuido na satisfação das necessidades físicas e emocionais da criança ou adolescente, portanto às necessidades básicas (Pires & Miyazaki, 2005). Este tipo de mau trato pode ser voluntário, quando o indivíduo que provoca a negligência, fá-lo com o intuito de provocar danos, ou involuntário, se a negligência resultar

da incapacidade dos pais para assegurar os cuidados básicos da criança ou adolescente (Magalhães, 2004).

De acordo com Vieira, Katz, e Colares (2008) existem vários fatores de risco que atuando de modo interativo podem contribuir para a ocorrência dos maus tratos. Estes fatores associam-se a características dos pais ou cuidadores tais como traços da personalidade, distúrbios psicológicos, doenças físicas ou psíquicas, abuso na infância, entre outros. Podem estar igualmente relacionadas com características associadas à criança, pois podem ser hiperativas, serem portadoras de doenças físicas ou mentais, terem epilepsia, serem indesejadas ou não corresponderem ao que os pais adotivos desejavam. Para além destas características mais individuais há que atender igualmente a aspetos do ambiente familiar, tal como o estado civil dos progenitores, o facto de serem solteiros pode influenciar a prática de maus tratos, bem como a idade dos mesmos, sendo pais jovens. Outros fatores associados podem estar relacionados com a existência de problemas conjugais, desemprego, pobreza e o uso de drogas e álcool (Vieira, Katz & Colares, 2008).

## **1.2. Exposição à Violência Interparental e suas Consequências**

O início da investigação da violência doméstica versava essencialmente sobre a vítima (mulher) e o perpetrador (homem), mas com o avançar da pesquisa a atenção começou a ser direcionada para todos os membros da família, mais concretamente as crianças (Margolin, 1998).

Foi em 1975 que surgiu um dos primeiros artigos referentes ao impacto negativo, que a exposição à violência provoca nas crianças, designado por “*Child Welfare*” (Kashani & Allan, 1998). Foi na sequência deste artigo que começaram a ser realizados mais estudos, que demonstraram o elevado número de crianças que se encontravam expostas à violência interparental, bem como as consequências que daí resultavam (Sani & Almeida, 2011). A

partir dos anos noventa surge uma maior preocupação com estas crianças, começando a haver uma maior consciencialização acerca da problemática da exposição à violência interpaparental, tornando-se assim o centro das atenções para inúmeros profissionais (Alarcão, 2006; Edleson, Ellertton, Seagren, Kirchberg, Schmidt, & Ambrose, 2007; Holden, 2003).

Para Holden (2003), o termo “expostas” é o mais correto, comparativamente com “testemunhas” e “observadoras”, uma vez que abarca os diferentes tipos de exposição à violência existentes. Segundo Sani (2006) a exposição à violência interpaparental trata-se da *(...) violência entre o homem e a mulher que vivendo na mesma casa, podem não estar unidos por laços de conjugalidade (...)* (p.852). Optamos pela definição desta autora, uma vez que é a que melhor se enquadra no presente estudo, visto que ao longo do mesmo é abordada a violência assistida pelas crianças, quer direta quer indiretamente entre os progenitores.

A literatura alerta para o frequente número de crianças que testemunham a violência entre os progenitores, bem como para as consequências que daí advêm. Desta forma, é necessário estar-se atento aos efeitos da exposição à violência interpaparental nas crianças, sobretudo pelas implicações negativas que daí resultam para o seu ajustamento global (Sani & Almeida, 2011), tanto mais quando é conhecido que as crianças até aos 6 anos de idade estão sujeitas a um maior risco de exposição à violência (Fantuzzo & Fusco, 2007). A violência causa efeitos nas crianças, quando estas observam diretamente os comportamentos violentos, quando ouvem os barulhos associados à violência, mas não presenciam, quando observam as lesões causadas pelos atos violentos na pessoa violentada e ainda quando a violência lhes é relatada (Jouriles, McDonald, Norwood, & Exell 2001; Litrownik, Newton, Hunter, English, & Everson, 2003). A experiência da violência doméstica provoca efeitos diretos (causados pela observação dos conflitos entre os pais, que conduz a que a criança desenvolva um conjunto de sintomas desadaptados) e indiretos (resultado da disrupção criada pela existência da

violência interpaparental, nomeadamente na forma de funcionamento familiar), colocando em risco o seu desenvolvimento saudável, mesmo que a violência não seja praticada diretamente contra elas (Amato, 2008; Margolin & Gordis, 2000; Malonado, Cavalcanti, & Williams, 2005).

São diversas as consequências experienciadas pelas crianças que testemunham a violência entre os progenitores (Van den Bosse & McGinn, 2009; Esfandyari, Baharudin, & Nowzari, 2009). Os efeitos sentidos pelas crianças que presenciam atos de violência interpaparental podem ser agrupados em cinco grupos: físicos, comportamentais, emocionais, cognitivos e ajustamento social (Brancalhone, Fogo, & Williams, 2004; Clements, Oxtoby, & Ogle, 2008; Margolin, 1998;).

Os problemas provocados pela exposição das crianças à violência, não só afetam a saúde física e a segurança das crianças, como também o seu ajustamento psicológico, as suas relações sociais e o desempenho académico. O impacto da exposição à violência não despoleta apenas problemas emocionais e comportamentais, mas também afeta a visão que as crianças têm de si próprias e do mundo, as suas ideias sobre o significado e propósito da vida, as suas expectativas futuras e o seu desenvolvimento moral. Além de tudo isto, o impacto da violência ultrapassa o período da exposição, que por vezes ocorre muitos anos depois, afetando os indivíduos na idade adulta (Margoli & Gordis, 2000).

Quando as crianças são vítimas ou testemunhas de violência doméstica, muitas vezes, experienciam efeitos adversos, tais como: distúrbios do sono, humor grave, queixas somáticas, fobia escolar, entre outros, podendo as consequências da violência doméstica variar de criança para criança (Dolon & Hendricks, 1991 as cited in Poole, Beran, & Thurston, 2008). A violência doméstica em conjunto com outros processos negativos, modifica a rotina normal de uma criança, bem como o seu desenvolvimento, ocasionando assim efeitos indiretos na criança. Num ambiente familiar onde se encontra presente esta

problemática, a mulher/mãe é considerada a primeira vítima, daí resultam consequências, mesmo que indiretas, nos seus filhos. Estudos realizados provam que estas mulheres podem desenvolver problemas relacionados com a baixa autoestima, depressão, dificuldades nas competências parentais e stress, que podem conduzir a problemas de internalização e externalização nas crianças (Holden & Ritchie, 1991 as cited in Huth-Bocks, Levendonsky, & Semel, 2001; Rivett, Howarth, & Harold, 2009).

Uma elevada percentagem de assistentes sociais, técnicos de Casa de Abrigo e investigadores direcionaram a sua atenção para os sintomas revelados pelas crianças que viviam em lares violentos, relatando problemas de internalização, como enurese, pesadelos, depressão e queixas psicossomáticas (dores de cabeça, úlceras, asma). Foram ainda detetados problemas de externalização, como birras, comportamentos disruptivos e agressivos com irmãos e colegas de escola, delinquência e violência (Hilberman & Munson, 1977, Levine, 1975, Fantuzzo & Lindquist, 1989 as cited in Huth-bocks, Levendonsky & Semel, 2001). Outros problemas associados são, por exemplo, dificuldades em termos de competência social, em interpretar situações sociais e relações interpessoais, resolução de problemas, agressividade e temperamento difícil, capacidade de empatia debilitada, baixos níveis de realização académica, entre outros (Sani, 2011).

Osofsky (1995) refere que há uma quantidade alarmante de crianças que são frequentemente expostas a violência. Estas crianças que lidam diariamente com a violência doméstica nas suas vidas, correm elevados riscos de serem igualmente abusadas, existindo alguns estudos que mostram que ser testemunha de violência e ser vítima direta da mesma poderá ter efeitos mais profundos, do que apenas observar ou ser apenas abusado (Davis & Carlson, 1987, Hughes, 1988 as cited in Huth-Bocks, Levendosky & Semel, 2001).

### **1.2.1 Estatísticas sobre a realidade Portuguesa**

Como já é do nosso conhecimento, existem muitas crianças expostas à violência interpapental, contudo em Portugal não são conhecidos os resultados estatísticos referentes a esta problemática (Sani, 2006). Ainda de acordo com a mesma autora, o facto de se considerar que as crianças mais novas não sofrem quaisquer consequências com a violência doméstica, por se pensar que não compreendem o que se passa à sua volta pode ser um dos motivos que leva as pessoas a não denunciar este fenómeno.

Não existem dados concretos relativamente ao número de crianças que vivem em ambientes violentos, uma vez que a violência na família é um segredo difícil de revelar. As crianças que vivem diariamente num ambiente violento, por vezes não são capazes de se expressar acerca da violência, por sentirem medo dos familiares devido a ameaças, à pressão por parte dos mesmos para a lealdade para com a família ou com a proteção de um dos progenitores ou ambos (Alarcão, 2006; Carlson, 2000; Sani, 2006).

De acordo com os dados estatísticos da APAV (2012), entre o ano de 2000 e 2011, 7.387 crianças e jovens recorreram aos seus serviços, verificando-se um maior número de crianças do sexo feminino, num total de 4477, correspondendo a crianças do sexo masculino um total de 2820. Relativamente à idade, a faixa etária entre os 11 e os 17 anos foi a mais afetada. No que diz respeito ao tipo de crime mais frequente, os crimes sexuais foram os mais participados contra crianças e jovens. O abuso sexual em contexto de violência doméstica foi o que registou um maior número de vítimas. É importante referir, que estes resultados dizem respeito, sobretudo, à violência praticada contra crianças e adolescentes diretamente. A exposição de crianças à violência doméstica é uma forma de vitimação, que mesmo que indireta, provoca consequências graves nas crianças. A problemática da violência interpapental ainda se encontra escondida em muitas famílias, sendo necessário investir na

sinalização do problema, em estratégias preventivas e serviços especializados, para que a curto ou longo prazo se diminua este fenómeno.

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação das Atividades das CPCJ no ano de 2012, pode verificar-se que a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança foi pela primeira vez a principal causa que motiva a intervenção das CPCJ, com um total de 7896 casos sinalizados, mais 2023 sinalizações do que no ano 2011, verificando-se assim um aumento bastante significativo de situações de exposição à violência interpaparental. Através dos mesmos dados, foi possível comprovar quais as situações de perigo que estão por traz da exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento das crianças, sendo a Violência Doméstica representada por 93.7% dos casos. A ofensa física em contexto de violência doméstica destaca-se como a situação de maior incidência com um total de 232 (49.2%) processos.

Para algumas crianças, o contexto familiar, que pensam ser um lugar seguro onde se sentem protegidas, acaba por ser considerado um “lugar de perigo” que se torna confuso, assustador e pouco seguro, onde estão sujeitas a ser envolvidas nos conflitos entre os seus pais (Sani & Almeida, 2011). Muitas das crianças expostas à violência doméstica e que sofreram abuso físico, são consideradas vítimas “invisíveis”, o que se deve ao facto da violência não ser conhecida fora dos membros da família (Fantuzzo, Mohr, & Noone, 2000; Margolin, 1998; Margolin & Vickerman, 2011).

### **1.3. Teorias Explicativas do Impacto da exposição à Violência Interpaparental**

#### **1.3.1. Hipótese do Ciclo da violência**

A violência na família é, tipicamente, vista como um comportamento aprendido nas relações familiares, sendo a família um agente de socialização primário e fonte de

transmissão de valores e comportamentos substanciais para a vida das crianças na sociedade (Black, Sussman, & Unger, 2010; Carroll, 1977).

A hipótese do ciclo da violência, também designada por teoria da transmissão intergeracional da violência, defende que os comportamentos agressivos praticados pelos pais podem ser aprendidos pelas crianças, e estas posteriormente poderão vir a reproduzir esses mesmos comportamentos nas suas relações interpessoais (Kwong, Bartholomew, Henderson, & Trinke, 2003).

A teoria da transmissão intergeracional antevê que a violência é aprendida através da violência que foi sofrida durante a infância ou que foi presenciada, levando a crer que os pais são a maior fonte de influência no que respeita à aprendizagem de atitudes e comportamentos, o que evidencia que a teoria da transmissão intergeracional e a teoria da aprendizagem social se encontram interligadas (Markowitz, 2001). A teoria da aprendizagem social é uma das mais conhecidas perspectivas explicativas na literatura referente à Violência Doméstica. Quando aplicada à família, a teoria da aprendizagem social explica que os modelos de comportamento por nós utilizados nos foram expostos enquanto crianças (Mihalic & Elliott, 1997). A presente teoria sustenta que através dos processos de aprendizagem, testemunhar e experienciar violência enquanto criança, leva a um maior uso da mesma enquanto adulto (Markowitz, 2001). Vários estudos têm fornecido suporte para esta teoria, mostrando que vítimas de violência física na infância ou vítimas indiretas, que observam apenas os atos violentos dos pais, têm maior probabilidade de se envolver em violência contra os seus próprios filhos e cônjuges (Hotaling & Sugarman, 1986, Kalumss, 1984, Straus, 1983 as cited in Markowitz, 2001).

Após a realização de diversos estudos, alguns autores chegaram à conclusão de que o comportamento agressivo é resultado de imitação. Segundo Kwong, Bartholomew, Henderson e Trinke (2003), as pessoas que observam agressões entre os pais durante a

infância, têm o dobro das hipóteses de experienciar agressões severas na vida amorosa, do que aquelas que nunca observaram violência na família. Estes resultados foram explicados através da perspectiva da aprendizagem social, que defende que crescer numa família abusiva, aponta para um comportamento agressivo, tornando-se assim o melhor meio para lidar com os conflitos interpessoais (Bandura, 1973 as cited in Kwong Bartholomew, & Trinke, 2003). Owens & Straus (1975 as cited in Markowitz, 2001) descobriram que, pessoas que haviam experienciado violência enquanto crianças, admitiam a violência como forma adequada para resolver conflitos.

O'Keefe (1998) provou que vítimas de violência, como uma criança, e a aceitação da violência nas relações de namoro estavam relacionadas com a violência vivenciada na infância. No entanto, estes estudos não demonstraram se as atitudes presenciadas eram um fator mediador da relação entre a experiência vivida na infância e a violência praticada na idade adulta, tornando-se assim uma das suas grandes limitações (Markowitz, 2001; O'Keefe, 1998). A teoria da transmissão intergeracional prevê que a violência é aprendida através da punição física e da exposição à violência entre os pais. Explicações culturais ou comportamentais também apontam para o facto de que a exposição à violência leva à legitimação do seu uso enquanto meio para resolver problemas e punir maus comportamentos (Bandura, 1973 as cited in Kwong, Bartholomew, & Trinke, 2003).

Sutherland (1939 as cited in Kerley, Xu, Sirisunyaluck, & Alley, 2010) argumentou que, os indivíduos aprendem comportamentos através de um processo de socialização nos seus grupos próximos, tais como os grupos familiares e de amigos, o que demonstra que os pais se tornam uma fonte bastante influente, no que diz respeito às atitudes e comportamentos aprendidos, pois os indivíduos tendem a imitar os comportamentos das figuras de autoridade e outras que eles considerem influentes (Markowitz, 2001). Durante a infância e a adolescência, a observação dos comportamentos dos pais e de outras figuras significativas,

fornece uma aprendizagem inicial de alternativas comportamentais que são apropriadas aos relacionamentos amorosos (Mihalic & Elliott, 1997). Estudos demonstraram a autenticidade da hipótese do ciclo da violência, que sugere que os comportamentos violentos e agressivos dos adultos são resultado da vitimização sofrida na infância, através dos mesmos comportamentos, agressivos e abusivos observados ou experienciados (Mihalic & Elliott, 1997).

Foram realizados diversos estudos com o objetivo de perceber o porquê da violência ser transmitida de geração para geração em algumas famílias e não haver transmissão de violência noutras. Concluiu-se que existe impossibilidade de se generalizar a transmissão de violência nas famílias, uma vez que violência não gera necessariamente violência, pois nem todos os indivíduos que testemunharam ou experienciaram violência na infância se tornaram agressores na idade adulta (Carroll, 1977). O mesmo sucede com indivíduos que se tornaram perpetradores de violência na idade adulta, nas suas relações íntimas e não sofreram qualquer tipo de abuso na infância (Hines & Saudino, 2002).

### **1.3.2. Modelo Cognitivo- Contextual de Grych e Finchman (1990)**

O Modelo Cognitivo-Contextual desenvolvido por Grych e Finchman (1990) tem vindo a desempenhar um importante papel no que diz respeito à investigação sobre a relação existente entre o conflito conjugal e o ajustamento da criança. A maioria da investigação nesta área tem-se focado na severidade do conflito conjugal e no seu impacto no desenvolvimento comportamental da criança (Dadds, Atkinson, Turner, Blums, & Lendich, 1999; Grych & Fincham, 1990).

De acordo com este modelo, a criança é vista como um sujeito ativo que se esforça por compreender e lidar com o *stress* a que está sujeito quando observa os conflitos entre os progenitores. O impacto produzido pelo conflito interpaparental nas crianças acaba por não se

tornar direto, uma vez que depende de como as crianças interpretam o significado do conflito (Iraurgi, Martinez-Pampliega, Iriarte, & Sanz, 2011).

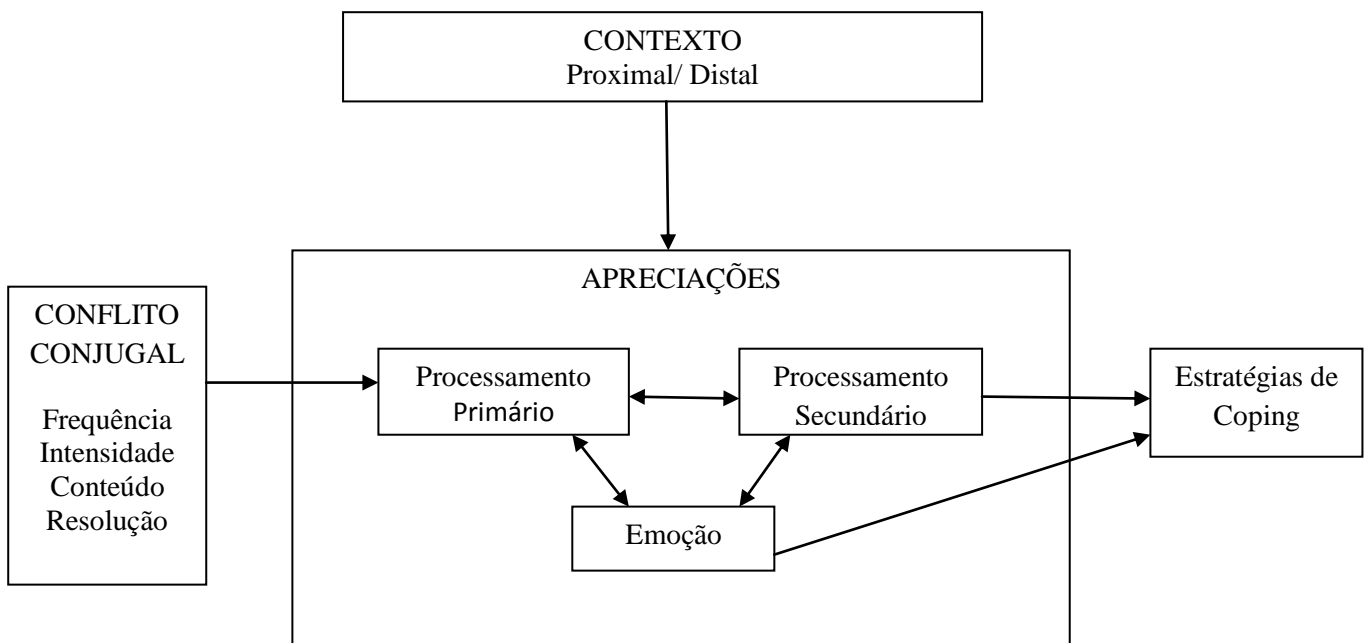
Os conflitos conjugais e o ajustamento da criança são constructos multidimensionais. Os conflitos conjugais podem variar em frequência, intensidade, conteúdo e resolução. A exposição aos diferentes tipos de conflito, promove o desenvolvimento de estratégias de *coping* nas crianças (Grych & Fichman, 1990).

O modelo de Grych e Fichman (1990) distingue dois tipos de processamento, pelos quais a criança passa para tentar compreender e lidar com o conflito interpaparental: o processamento primário e secundário. Mediante o processamento primário, a criança toma consciência da ocorrência de um conflito, extraindo informação negativa que armazena para si mesma. A percepção retirada pela criança conduz a que esta experiencie uma reação emocional transmitida pelas características e pelos fatores contextuais do conflito (Grych & Fichman, 1990; Iraurgi, Martinez-Pampliega, Iriarte, & Sanz, 2011; Sani, 2004). Durante o processamento secundário, a criança tenta compreender as causas do conflito atribuindo responsabilidade a si mesma ou aos pais e produzindo respostas de *coping*. Finalmente, seleciona e coloca em prática uma determinada estratégia para fazer frente ao conflito. Quando a criança vê os progenitores a discutir e se sente incapaz de lidar com o conflito, esta tende a experienciar sentimentos como ansiedade e medo. Ao nível da responsabilidade pelos conflitos, a criança tende a responsabilizar um dos progenitores ou ela mesma, e daí podem resultar sentimentos como culpa, vergonha e tristeza. A frequência dos conflitos pode resultar em problemas de ajustamento na criança (Iraurgi, Martinez-Pampliega, Iriarte, & Sanz, 2011).

Relativamente ao contexto em que o conflito se desenrola, este pode ser proximal ou distal. O primeiro refere-se aos pensamentos e sentimentos da criança imediatamente antes da sua avaliação relativamente ao episódio de conflito. Já o contexto distal consiste em fatores

estáveis, como a experiência anterior ao conflito, o clima emocional do lar, o temperamento e o sexo da criança (Iraurgi, Martinez-Pampliega, Iriarte, & Sanz, 2011; Grych & Fichman, 1990).

Figura 1. Modelo Cognitivo-Contextual (Grych & Fincham, 1990; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001, p.160)



De um modo geral, o modelo cognitivo-contextual demonstra que os conflitos frequentes, mal resolvidos e centrados na criança, são mais facilmente entendidos, suscitando a auto culpabilização e, conseqüentemente, uma maior probabilidade de desenvolver problemas de adaptação. Não obstante, é necessário ter em conta o tipo de interpretação que as crianças fazem dos conflitos, pois é influenciada por diversos fatores contextuais, tais como a idade, o sexo e a exposição anterior ao conflito. De acordo com o presente modelo, o conflito entre os progenitores afeta maioritariamente as crianças mais novas. Este modelo prediz ainda que, as crianças mais pequenas tendem a culpar-se a si mesmas aquando do conflito e não aos seus

pais. À medida que crescem vão desenvolvendo expectativas mais reais acerca das suas capacidades e adquirem estratégias de *coping* mais sofisticadas (Iraurgi, Martinez-Pampliega, Iriarte, & Sanz, 2011).

#### **1.4. Respostas Sociais para vítimas de violência doméstica em Portugal**

Existem em Portugal serviços que prestam apoio a vítimas de Violência Doméstica, tais como, serviços de atendimento, apoio, aconselhamento e linhas SOS. E só mais tarde, houve o aparecimento de serviços de acolhimento temporário (Coutinho & Sani, 2011). Estando estes serviços agrupados em dois tipos de estruturas, as estruturas de atendimento especializado e as estruturas de acolhimento. As primeiras caracterizam-se por unidades públicas e privadas, constituídas por uma equipa técnica pluridisciplinar que assegura o atendimento, apoio e encaminhamento de vítimas de violência. As segundas são estruturas de acolhimento temporário para mulheres e seus filhos, que foram encaminhados de outras entidades, por necessitarem de abandonar as suas casas por questões de segurança (Instituto da Segurança Social, 2009).

Para além das estruturas referidas anteriormente, estão ainda ao dispor das vítimas linhas de apoio telefónico, às quais podem recorrer sempre que necessitem de ajuda. A CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) tem à disposição das vítimas um sistema de atendimento telefónico, através do número 800 202 148, 24 horas por dia, todos os dias do ano. A mesma oferece às vítimas de violência doméstica apoio psicológico e informação sobre os seus direitos e recursos de apoio (Portal do Cidadão, 2007).

Aquando da apresentação da queixa estão ao dispor das vítimas de violência doméstica, gabinetes com profissionais com formação especializada, podendo estas contar com a Polícia de Segurança Pública (PSP) e com a Guarda Nacional Republicana (GNR). A PSP conta com Equipas de Proximidade e Apoio a Vítimas (EPAV) e com salas exclusivas para o

atendimento das mesmas. Em 2002 foi criado na GNR o Núcleo Mulher e Menor (NMUME), que atualmente tem a designação de Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), que se encontra em todas as sedes de distrito com o objetivo de prevenir, acompanhar e investigar as situações de violência exercida sobre as mulheres, crianças e outros grupos específicos de vítimas (EMCVD, 2006).

Existe também o serviço de teleassistência que garante uma resposta rápida em situações de risco/perigo e ainda apoio emocional, 24h por dia, 365 dias por ano. Este serviço é gratuito. Trata-se de um equipamento móvel que se encontra ligado diretamente ao centro de atendimento telefónico da Cruz Vermelha Portuguesa e que pode ser determinado por juízes ou magistrados do Ministério Público (ASJP, 2012).

Apesar de existir uma panóplia de recursos especializados para atender as vítimas de violência doméstica, estes situam-se nas zonas urbanas e principalmente na zona litoral de Portugal, o que condiciona o resto do país, sendo necessário que estas redes se expandam e sejam de mais fácil acesso para poder atender a todos os pedidos de ajuda.

#### **1.4.1. As Casas de Abrigo enquanto Resposta Social**

Como resposta às necessidades urgentes das mulheres abusadas, as primeiras unidades de intervenção em crise e os abrigos de emergência surgiram na década de 70 no Reino Unido (Portugal, 2000; Roberts & Lewis, 2000). Durante os finais da mesma década, os principais serviços disponíveis para mulheres agredidas eram as linhas diretas 24 horas, habitações de emergência e cedência de alimentos com duração de 1 a 8 semanas (Roberts & Lewis, 2000). Quando uma mulher estava pronta para sair do abrigo, geralmente, era revelada a informação mais importante à assistente social e/ou ao acompanhamento jurídico, das suas necessidades individuais para que fosse possível prosseguir com cada caso (Roberts, 1981, Roberts 1985 as cited in Roberts & Lewis, 2000). Inicialmente, as Casas de Abrigo tinham como principal

função manter as mulheres em segurança, só depois em meados dos anos 90, é que muitos abrigos começaram a fornecer aconselhamento, colocação profissional, formação e emprego às mulheres, mas foi também proporcionado aconselhamento às crianças filhas das mulheres residentes nos abrigos (Graham-Bermann & Hughes, 2003; Magalhães, Morais, & Castro, 2011; Roberts & Lewis, 2000).

As respostas que em Portugal têm vindo a ser dadas às mulheres vítimas de violência doméstica para minimizar riscos e reduzir danos, incluindo a proteção e segurança, foram tardias comparativamente com outros países. Nos últimos anos assistimos a um aumento da ajuda/apoio institucional para as mulheres em situação de violência doméstica, tais como diversas estruturas de atendimento, apoio em situação de emergência e criação de uma rede de Casas de Abrigo destinadas ao acompanhamento temporário, de mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não dos seus filhos menores. A lei nº 107/99 de 3 de Agosto estabelece o quadro geral da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, as designadas Casas de Abrigo. Estas estruturas constituem-se como respostas de fim de linha, cujo objetivo principal é o de proteger e dar segurança aos utilizadores nelas acolhidos e/ou quando o impacto da violência não lhes permite que de forma autónoma encontrem projetos de vida alternativos (Coutinho & Sani, 2010). O período máximo de permanência nestas estruturas, estipulado por lei (D.R. 1/2007 de 25 de Janeiro) é de 6 meses, havendo sempre a possibilidade de prorrogação, que será determinado pelo relatório de avaliação e o parecer fundamentado da equipa técnica (Magalhães, Morais e Castro, 2011).

Segundo Campanón (2008), no processo de acompanhamento a vítimas, as Casas de Abrigo dão apoio às mulheres e aos seus filhos numa fase complicada das suas vidas, tendo em conta as suas necessidades. É um serviço especializado, cujo objetivo geral é acolher, temporariamente, mulheres, acompanhadas ou não dos seus filhos, vítimas de violência

física, psicológica ou sexual, oferecendo-lhes um espaço de segurança, tranquilidade, reflexão e início de uma nova vida. Um estudo realizado por Magalhães, Morais e Castro (2011) numa Casa de Abrigo, demonstrou que existem regras para que haja preservação da segurança das utentes acolhidas nestas instituições, bem como o bom funcionamento da mesma. Os horários para as refeições e para a entrada na casa são bastante rígidos (até às 19h), exceto para as mulheres que têm horários de trabalho noturnos. Todos os utentes devem estar deitados até às 23h com silêncio absoluto. A instituição conta com cinco ajudantes de lar, mas são as utentes que ficam responsáveis pela realização do jantar durante a semana, as refeições dos fins-de-semana e ainda pela limpeza dos seus espaços e dos espaços comuns.

A maioria das mulheres vítimas de violência doméstica, que dão entrada em Casas de Abrigo, traz com elas os seus filhos menores. Estas crianças necessitam de programas especializados que as ajudem a resolver os problemas adquiridos através do testemunho da violência. A maioria dos programas sugeridos para estas crianças são os programas em grupo, que ensinam e reforçam novos comportamentos e habilidades (Poole, Beran & Thurston, 2008). Existem abrigos que oferecem intervenções para além das necessidades mínimas das crianças, sendo de salientar: o aconselhamento para crianças, integração nas escolas, suporte nas relações familiares, reconhecimento de sentimentos e padrões de comportamento, adaptação à mudança, defesa da criança, triagem e avaliação do funcionamento sócio emocional e defesa jurídica para as necessidades da criança (Groves & Gewirtz, 2006 as cited in Poole, Beran & Thurston, 2008).

É pertinente salientar que as Casas de Abrigo são uma mais-valia para as mulheres vítimas de violência bem como para os seus filhos, uma vez que lhes oferecem proteção e segurança, num momento em que o impacto da violência sofrida não lhes permite decidir e avaliar os recursos disponíveis, quer na rede familiar, quer na rede social de suporte. Estas instituições de acolhimento não podem ser vistas como um recurso para todas as situações de

violência doméstica existentes, devem ser vistas sim, como último recurso e em situações de risco elevado (Silva, 2009).

### **Síntese Conclusiva**

Ao longo deste capítulo, foi notória a complexidade da problemática da violência interpapental, visto que as vítimas que mais sofrem são os mais frágeis, ou seja, as crianças. A exposição à violência interpapental continua a ser um problema que afeta um número bastante significativo de crianças. Estas crianças acabam por ser vítimas “esquecidas” pela sociedade, pois, erradamente, pensa-se que não são afetadas pelo fenômeno, não sofrendo quaisquer consequências. Mesmo que estas crianças não sejam abusadas, acabam por se converter em vítimas indiretas desta situação, uma vez que veem, ouvem e observam os conflitos familiares. A criança tem ainda capacidade para interpretar, predizer e avaliar as situações de violência e torna-se imperativo que se atue junto delas, no sentido de atenuar ou evitar problemas comportamentais futuros.

As crianças sofrem em silêncio durante anos intermináveis, com inevitáveis repercussões no seu bem-estar e desenvolvimento. Para estas crianças o conceito de família vai sendo destruído à medida que vão presenciando episódios violentos entre as figuras paternas, sendo elas muitas das vezes vítimas diretas desses maus tratos. De acordo com diversos estudos, os comportamentos das crianças, vítimas de violência encontram-se afetados de diferentes formas, dependendo do nível desenvolvimental da criança. Muitas destas crianças adotam estratégias para conseguir lidar com os acontecimentos stressantes que ocorrem no meio familiar, estratégias essas que lhes vão permitir minimizar o impacto da violência (Osofsky, 1995).

No que diz respeito às consequências provocadas pela violência nestas crianças, deve ser dada uma maior importância a aspectos cognitivos e emocionais/afetivos, sendo pertinente e urgente que se formulem programas de intervenção adequados às suas necessidades.

## **CAPITULO II. Avaliação e intervenção com crianças vítimas de violência interpaparental**

### **Introdução**

O objetivo deste segundo capítulo prende-se com a abordagem aos programas de intervenção com crianças expostas à violência interpaparental. Primeiramente serão expostos os aspectos éticos a ter em conta na avaliação e intervenção com crianças expostas à violência interpaparental. Após uma breve distinção entre os programas de intervenção em grupo e os programas de intervenção individual, será demonstrada a pertinência e a necessidade da realização dos programas de intervenção em grupo, bem como os seus benefícios junto desta população.

### **2.1. Aspectos Éticos na Avaliação e Intervenção com Crianças Expostas à Violência Interpaparental**

A avaliação psicológica é muito importante na intervenção profissional, visto que pode revelar informações acerca de uma situação – problema. Não pode ocorrer uma intervenção, sem que antes tenham decorrido avaliações, pois estas são fulcrais para que se realize uma atuação profissional adequada (Chiodi & Wechsler, 2008).

Cabe ao psicólogo analisar os critérios que indiquem a possibilidade de violência e a sua origem, através do processo de investigação. Este profissional tem o dever de avaliar a gravidade da situação, quais as implicações nas vítimas e também nos familiares para posteriormente investigar quais os danos causados nas vítimas (Tardivo, Junior, & Santos, 2005). É necessário envolver na avaliação pais e professores das crianças ou adolescentes. O envolvimento dos professores é muito importante, pois ao serem avaliados através de questionários podem dar atenção às vítimas incluídas em projetos preventivos, para que não haja efeitos negativos futuros ao possuírem esquemas de proteção (Peterson & Koller, 2006).

Na investigação de maus-tratos e abuso sexual têm sido utilizadas várias técnicas. A entrevista tem sido destacada como uma das alternativas mais produtivas na avaliação psicológica com populações particulares como as referidas (Hutz & Silva, 2002). As entrevistas têm vindo a ser reconhecidas como mais eficazes do que as escalas e inventários, porque permitem definir o período sob investigação como também o impacto subjetivo de carácter negativo ou positivo que é estabelecido pela interpretação individual (Peterson & Koller, 2006). Por outro lado, também são atribuídas imensas dificuldades na utilização de entrevistas, pois estas necessitam de um determinado grau de conhecimento prévio sobre o uso desta técnica, como também o conhecimento teórico dos conceitos que vão ser investigados. Muitas vezes é difícil para os profissionais entrevistar estas vítimas, pois estas não conseguem estabelecer uma relação de confiança com o psicólogo e essa relação é fundamental neste tipo de tarefa (Hutz & Silva, 2002).

Ao ser feita a avaliação psicológica a crianças e adolescentes vítimas de violência interpaparental é necessário compreender essa população, saber como abordá-la, compreendê-la e tentar perceber a sua linguagem e cultura e acima de tudo respeitá-la, não julgando. O instante da entrevista ou da aplicação de testes é muito importante e muito positivo para estas vítimas, pois é um momento em que alguém se disponibilizou para ouvi-las e para se preocupar com o seu bem-estar, sem qualquer tipo de interesse (Hutz & Silva, 2002).

A avaliação psicológica válida não depende apenas dos instrumentos nela utilizados, mas sobretudo da habilidade e competência do psicólogo que pode e deve ser um fator de proteção para as vítimas de maus tratos na avaliação (Chiodi & Wechsler, 2008; Hutz & Silva, 2002).

Na realização da avaliação psicológica, existem alguns princípios éticos que devem ser seguidos. Os princípios gerais a ser respeitados são o princípio da autonomia, o princípio da

beneficência e da não-maleficência e também o princípio da justiça (Lei 57/2008, de 4 de Setembro).

Na avaliação psicológica, por vezes, é impossível manter o sigilo e a confidencialidade, tendo em conta as informações que foram retiradas durante a avaliação, com a intenção de impulsionar ações protetivas relacionadas com as crianças e/ou adolescentes vítimas de violência. Ao ser realizada a avaliação, deve obter-se o consentimento informado dos pais ou responsáveis, mas a criança e/ou adolescente também deve ser informada, com uma linguagem própria acerca dos objetivos e dos procedimentos que iram ser realizados, fazendo-os concordar de forma voluntária (Silva, Lisboa, & Koller, 2005).

Relativamente à confidencialidade, é admitida eticamente a sua quebra em três circunstâncias; i), quando se notar uma alta probabilidade de ocorrer mau trato físico ou psicológico num indivíduo específico, tendo em conta o princípio da não-maleficência; ii) quando houver benefício resultante da falha da confidencialidade, baseando-se no princípio da beneficência; e iii) quando for o último recurso, após a utilização de abordagens, tendo em vista o princípio da autonomia. Estes princípios devem ser levados em conta para que o profissional analise bem a situação e verifique se essa se enquadra nas três circunstâncias em que seria admitida a quebra da confidencialidade. O profissional tem o dever de encorajar as vítimas a procurar ajuda e a denunciar o abuso e deste modo não haverá prejuízo para o profissional, uma vez que não houve quebra do sigilo (Silva, Lisboa, & Koller, 2005).

O profissional deve sempre estar atento aos casos de suspeita ou identificação de maus-tratos e assumir um compromisso ético estando preparado para intervir, arcando com as consequências dos dados revelados por si (Silva, Lisboa, & Koller, 2005).

## **2.2. Programas de Intervenção com crianças expostas à violência**

Devido à presença de inúmeras necessidades que as crianças expostas à violência interpaparental possuem, é pertinente que se intervenha junto destas, quer a nível individual, quer a nível grupal, sendo que os dois tipos de intervenção aplicados em conjunto são mais benéficos para elas (Peled & Davis, 1995).

O apoio individual é essencial para as crianças que parecem precisar de maior atenção e que têm poucas fontes de apoio. Estas crianças culpam-se pelos comportamentos disruptivos e expressam um grande desejo de conversar sobre os seus sentimentos. As crianças que foram fisicamente abusadas sentem uma maior necessidade de intervenção individual (Hughes, 1986 as cited in Poole, Beran, & Thurston, 2008). Na intervenção individual com crianças, é importante dar-lhes tempo e espaço para refletirem sobre as suas experiências e para expressarem os seus sentimentos. Quando é permitido à criança discutir a violência familiar com um adulto, esta tem a oportunidade de confirmar o segredo da violência familiar, entender que não está sozinha e que não é culpada pelo sucedido (Hester, Pearson & Harwin, 2002).

A intervenção em grupo, é o tipo de intervenção mais recomendável neste tipo de situações, pois permite a estas crianças verificarem que não são as únicas a passar pelo fenómeno da violência, uma vez que o mesmo também se verifica com outras crianças e com outras famílias. Este tipo de intervenção torna-se também muito importante na vida destas crianças, para que possam partilhar as suas experiências, os seus medos e receios. Trata-se de uma intervenção adequada na medida em que se assemelha às diversas atividades de grupo experienciadas na vida destas crianças, quer na escola, quer no seu dia-a-dia, acabando por não se sentirem tão censuradas, como aconteceria na intervenção individual (Sani, 2002).

Os programas de intervenção em grupo devem atender à diversidade de crianças que vão surgindo nas Casas de Abrigo, e devem ser tomados cuidados especiais que possam garantir

que, nenhuma criança seja isolada ou marginalizada dentro do grupo (Hester, Pearson & Harwin, 2000). As atividades de grupo realizadas com estas crianças deverão estar estruturadas para produzir resultados imediatos e mesuráveis a curto prazo (Poole, Beran & Thurstone, 2008).

Peled e Davis (1995) realizaram um programa de intervenção em grupo com crianças expostas à violência, onde referem que os grupos participantes nas intervenções deveriam ser constituídos por 6 a 8 indivíduos, devendo ter-se em conta a maturidade de cada criança. Segundo os mesmos autores, a idade é outro dos pontos a ponderar aquando da constituição dos grupos, considerando-se que as mais adequadas são: dos 4 aos 6 anos, dos 7 aos 9 anos e dos 10 aos 12 anos.

Para além da intervenção em grupo com crianças, é bastante pertinente a realização de programas que envolvam crianças expostas à violência interpaparental, juntamente com as suas mães, pois o suporte materno afetivo é também de extrema importância para que as crianças se sintam seguras, uma vez que a saúde mental, o bem-estar e estabilidade das suas mães é um grande contributo para o ajustamento da criança (Rudo & Powell, 1996 as cited in Sani, 2002).

### **2.2.1. Programas em Grupo com Crianças Expostas à Violência Interparental**

Os primeiros programas de intervenção em grupo foram realizados com crianças expostas à violência interpaparental em Casas de Abrigo, com a finalidade de melhorar o ajustamento da criança, dando-lhe suporte durante o acolhimento (Carlson, 2000; Graham-Bermann & Hughes, 2003). O objetivo básico da maioria dos programas para crianças expostas à violência interpaparental é o aumento da sua segurança. Para se atingir este objetivo é necessário ajudar as crianças a identificar as pessoas em quem podem confiar nas suas redes

sociais, bem como desenvolver um plano de segurança quando sentem que podem experimentar ou testemunhar violência (Poole, Beran & Thurston, 2008).

Estes programas oferecem a estas crianças a oportunidade de libertar a tensão, dão-lhes a possibilidade de agir livremente com poucas restrições, favorecem a experimentação de novas atividades, propiciam a aquisição de novos comportamentos e permitem-lhes cometer erros e aprender através deles (Rivett, Howarth, & Harold, 2006). Assim sendo, a segurança pessoal, a aceitação incondicional e o bem-estar físico e mental, são os principais objetivos da maioria dos programas de intervenção (Poole, Beran & Thurston, 2008).

Na década de 80, o desenvolvimento dos programas de intervenção para crianças filhas de mulheres vítimas de violência doméstica, envolveram dois momentos específicos: a) primeiramente, a compreensão das necessidades das crianças para posteriormente desenvolver intervenções que fossem ao encontro dessas mesmas necessidades; b) Mais tarde, os investigadores concentraram-se na avaliação das suas próprias intervenções para verificar o sucesso dos programas (Graham-Bermann & Hughes, 2003).

Existem muitas lacunas na literatura e falta de esclarecimento no que diz respeito ao planeamento de programas de intervenção, isto é, se os programas planeados para as crianças que passam pelas Casas de Abrigo, vão de encontro às suas necessidades. Devido à extensão da violência doméstica, este tipo de programas cujo objetivo é quebrar o ciclo da violência, são de extrema importância (Carlson, 2000; Graham-Bermann, 2001). O primeiro passo para compreender as necessidades de uma criança é avaliar o impacto do trauma, tendo em conta, medidas estandardizadas, observação de comportamentos e entrevistas qualitativas que devem ser administradas à criança e à mãe (Sani & Almeida, 2011; Sani, 2012). Para avaliar as necessidades da criança, é necessário verificar os diversos fatores envolventes, tais como, os fatores familiares e os fatores externos que afetam a família e que podem influenciar o impacto nas crianças. Considerando que crianças vulneráveis podem precisar de apoio extra,

intervenção clínica e terapia em curso, as crianças resilientes também precisam de apoio, apesar de não ser sob a forma de serviços especializados ou contínuos. Assim, a compreensão do desenvolvimento do trauma das crianças e dos padrões de violência doméstica são necessários para planejar intervenções eficazes (Graham-Bermann & Hughes, 2003).

Uma vez identificados os pontos fortes e as áreas que necessitam de apoio nas crianças, são-lhes fornecidos serviços que correspondam em conformidade com as necessidades verificadas. Através da avaliação, podem ser identificados vários objetivos, incluindo as intervenções terapêuticas que podem ser estabelecidas de acordo com os problemas emocionais e comportamentais específicos. Existe uma lacuna no que diz respeito à pesquisa de programas de intervenção e, claramente, uma escassez relativamente à avaliação deste tipo de serviços, para crianças em abrigos (Groves & Gerwitz, 2006 as cited in Poole, Beran & Thurston, 2008). O que significa que não só não se sabe se estes serviços são benéficos, como também não se sabe se são prejudiciais. E mesmo que não sejam prejudiciais, estes programas podem não alterar nada na vida destas crianças, mas podem ser uma oportunidade para a obtenção de melhores resultados no que diz respeito a este fenómeno da violência interpaparental (Poole, Beran & Thurston, 2008).

É de extrema importância verificar, especificamente, quais as mudanças provocadas nas crianças após uma intervenção. Não se pode esperar que em todas as crianças, participantes nos programas, se verifiquem as mesmas mudanças. É necessário ter em conta as modificações verificadas, para averiguar o sucesso do programa na realidade (Graham-Bermann, 2001; Sani, 2012).

A capacidade para compreender e lidar com a violência na família varia em função do estágio de desenvolvimento em que cada criança se encontra. Os adolescentes tendem a ficar com raiva das suas mães, por estas os terem feito quebrar as suas rotinas e as suas amizades, ao abandonarem o abusador e a casa de família. As crianças em idade escolar tendem a sentir

medo e precisam de muita atenção, principalmente, porque as suas vidas sofreram uma grande mudança e necessitam de ajuda para lidar com essa nova etapa. Crianças em idade pré-escolar têm uma maior necessidade de desenvolver o conceito de segurança e estão em maior risco de desajustamento psicológico (Campanón, 2008).

Com crianças mais novas (3-4 anos), os programas de intervenção consistem na terapia através de jogos interpretativos, conto de histórias, exercícios de movimento, desenho projetivo e identificação de sentimentos. Os programas de segurança consistem em ajudar as crianças a identificar esconderijos e identificar pessoas de confiança na comunidade onde estão inseridos, para que possam ser usados como ajuda em situações de conflito (Poole, Beran & Thurston, 2008; Sani, 2002; Webb, 1999). Os programas direcionados para estas crianças envolvem diversas atividades tais como: a terapia de reprodução interpretativa, atividades de grupo estruturadas, teatro de fantoches, exercícios de movimento, conto de histórias e expressão verbal. Este treino ajuda as crianças a desenvolver cenários de segurança e a repeti-los diversas vezes. O treino de prevenção envolve a tomada de decisão do grupo, o treino interativo e também apresenta ao grupo resolução de problemas, autorresponsabilidade e capacidade de argumentação (Thompson & Trice-Black, 2012).

Existem diversas atividades usadas nos programas de intervenção para crianças expostas à violência que podem ser bastante benéficas para elas. O jogo ajuda a criança a desenvolver o domínio em muitas áreas: prazer, exploração e orientação, controlo de sentimentos, relações sociais, processos de decisão, movimentos corporais, resolução de problemas e comunicação (Thompson & Trice-Black, 2012). Quando incorporado em atividades de grupo, o jogo é projetado para proporcionar às crianças a oportunidade de aprender e praticar habilidades sociais, que embora não sejam uma forma de terapia de jogo, é considerada crucial para ganhar certos domínios (YM-YWCA, 1990 as cited in Poole, Beran & Thurston, 2008). O

jogo pode ser usado para modelar comportamentos ou para reforçar comportamentos adaptativos (Thompson & Trice-Black, 2012).

A arte é outra das atividades que pode ser benéfica neste gênero de programas para crianças. A arte permite que as crianças, inconscientemente, expressem e resolvam problemas através da representação simbólica. As peças de arte são vistas apenas como objetos, mas também contêm significado. Acredita-se que as crianças transferem os seus sentimentos sobre as suas vivências/experiências para as peças de arte. As crianças podem projetar os seus sentimentos e transferir os seus conflitos para fantoches e bonecos (Webb, 1999).

Contar histórias é um método muito útil para distanciamento, identificação e projeção. As histórias podem ser terapêuticas ao serem lidas para as crianças e até mesmo quando são contadas por elas mesmas. As histórias podem também ser usadas para transmitir uma mensagem ou moral, para promover empatia ou para demonstrar formas alternativas de lidar ou resolver problemas (Webb, 1999).

A música pode ser usada para transmitir uma panóplia de sentimentos ou despertar diferentes comportamentos nas crianças. Também é, particularmente, útil para crianças que tendem a somatizar os seus problemas, como também pode ajudá-las a determinar a localização de um sentimento no seu próprio corpo. A dança/movimento estão intimamente ligados à música e são particularmente eficazes com crianças mais jovens (YM-YWCA, 1990 as cited in Poole, Beran & Thurston, 2008).

Representar permite que as crianças se expressem e partilhem as suas experiências através de personagens fictícias, mas também pode levar a que se escondam atrás das máscaras e fantasias. A representação pode ser utilizada para adquirir e praticar novos comportamentos ou papéis sociais, desenvolver empatia pelos outros e também modificar os padrões de relacionamento com as pessoas. Embora possa ser usada com crianças de todas as idades, a representação é especialmente bem-sucedida com crianças mais velhas e adolescentes

(Thompson & Trice-Black, 2012; YM-YWCA, 1990 as cited in Poole, Beran & Thurston, 2008).

Nos programas em que são utilizadas imagens, estas ao serem visualizadas podem ser classificadas pelas crianças como imagens agradáveis ou desagradáveis, que dependendo da classificação atribuída por elas, vão ou não ser bloqueadas pelos seus pensamentos. A visualização de imagens pode ser útil para reduzir a ansiedade (Thompson & Trice-Black, 2012).

Tal como todos os jogos têm regras, os programas de intervenção têm mecanismos de controle interno que podem ser alterados para atender aos objetivos do grupo. Os jogos organizados tornam-se mais eficazes dependendo da idade das crianças e estas voltam o seu interesse para jogos mais orientados para a realidade do que para jogos imaginativos (Webb, 1999).

### **Síntese Conclusiva**

Como se pôde verificar ao longo do capítulo, os dois tipos de intervenção referidos são adequados para as crianças expostas à violência interpaparental, sendo a intervenção em grupo mais apropriada neste tipo de situação, uma vez que as crianças têm oportunidade de conviver com outras com quem se identificam, por terem passado pelos mesmos problemas, e assim poderem partilhar experiências semelhantes.

É de grande importância que se realizem programas de intervenção com crianças que sofreram de violência interpaparental. Mas antes de dar início a este tipo de intervenção é necessário que se realizem avaliações com as crianças, no sentido de perceber quais as suas maiores necessidades e posteriormente adaptar os programas a essas mesmas necessidades. É de salientar que nem todas as crianças são iguais e reagem da mesma forma, assim é necessário ponderar as atividades para as adequar ao grupo. Um ponto muito importante neste

gênerp de intervenções prende-se com o estágio de desenvolvimento das crianças e para tal é pertinente que se adaptem conhecimentos e competências à faixa etária onde vão ser aplicadas as atividades estruturadas (Sani, 2011). Após a aplicação destes programas seria importante avaliar as mudanças, as dificuldades sentidas pelos participantes para que futuramente se pudessem ajustar a programas futuros.

Segundo Poole, Beran e Thurston (2008), a segurança pessoal, a aceitação incondicional e o bem-estar físico e mental são os principais objetivos da maioria dos programas de intervenção, e neste sentido é necessário que se direcionem as atividades dos programas para estes três itens. Outro ponto importante na implementação destes programas é o espaço onde se realizam. Este deve ser acolhedor e seguro para que as crianças participantes se sintam com abertura suficiente para partilhar o seu sofrimento.

Segundo Cunningham e Baker (2004), os resultados apresentados em diversos estudos revelam que a maioria das mulheres residentes em abrigos leva consigo os seus filhos, estimando-se que mais de metade dos residentes em Casas de Abrigo sejam crianças. Como tal é extremamente importante perceber se existe intervenção junto destas crianças, o que é feito pelos profissionais que exercem funções nestas instituições para ajudar estas crianças a ultrapassar os diferentes tipos de problemas desenvolvidos pela exposição à violência interpaparental.

## **PARTE II**

### **ESTUDO EMPÍRICO**

## **CAPITULO III. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO**

### **Introdução**

Após a apresentação do enquadramento conceptual e teórico considerado o mais adequado possível para a compreensão da temática em estudo, transita-se para o capítulo dedicado ao estudo empírico, descrevendo-se questões relacionadas com a metodologia adotada. Encontra-se patente neste capítulo o objetivo geral do estudo, bem como os objetivos específicos subjacentes. Seguidamente afigura-se uma caracterização do quadro metodológico da investigação, onde consta a descrição dos participantes, dos procedimentos e o instrumento que foram utilizados na investigação. Por último, apresentam-se os dados tendo por base o método de análise de conteúdo e a respetiva discussão.

### **3.1. Fundamentação Metodológica: Metodologia Qualitativa**

Segundo Fortin (2009, p. 19) a metodologia de investigação é um “ (...) *processo racional e um conjunto de técnicas que permitem realizar uma investigação*”. Optou-se por uma metodologia de investigação qualitativa. Segundo Strauss e Corbin (1998), a metodologia qualitativa é usada para descobrir e compreender o que está por trás de cada fenómeno e permite conhecer os pormenores complexos do fenómeno, difíceis de descobrir com uma metodologia quantitativa. Não seria apropriado a utilização de uma metodologia quantitativa, uma vez que não pretendíamos quantificar as práticas utilizadas pelos técnicos de Casas de Abrigo, mas sim qualificá-las, perceber qual o trabalho dos profissionais nestas instituições, mais especificamente no que diz respeito às crianças.

### **3.2. Objetivos do estudo**

O objetivo geral da presente investigação consiste em conhecer quais as práticas interventivas utilizadas pelos técnicos de Casas de Abrigo, a nível nacional, junto de crianças filhas de mães vítimas de violência doméstica. Como forma de atingir o objetivo referido, foram delimitados os objetivos específicos seguintes:

- a) Caracterizar as Casas de Abrigo em Portugal;
- b) Caracterizar a intervenção técnica exercida em Casas de Abrigo, designadamente com as crianças acolhidas.

De seguida serão expostas as questões de investigação do presente estudo, às quais se pretende dar resposta através dos resultados obtidos após a análise das entrevistas:

1. Quais as características das Casas de Abrigo em Portugal?
2. Verificar-se-á a existência de intervenção com os utentes das Casas de Abrigo?
3. Qual a perceção das necessidades das crianças acolhidas em Casa de Abrigo, por parte dos profissionais?
4. Qual a consciencialização dos técnicos quanto à importância da intervenção com crianças em Casas de Abrigo?
5. Que tipo de intervenção está pensado para as crianças expostas à violência interpaparental em Casas de Abrigo?

### **3.3. Método**

#### **3.3.1. Participantes**

No presente estudo, a nossa pretensão na composição da amostra foi a de abranger diversas faixas etárias, ambos os sexos, técnicos de qualquer área profissional, procurando assim, alcançar a representatividade desejada. Segundo Fortin (2009, p.312) a amostra “*é a*

*fração de uma população sobre a qual se faz o estudo. Ela deve ser representativa desta população, isto é, que certas características conhecidas da população devem estar presentes em todos os elementos da população”.*

A preocupação pela seleção criteriosa de sujeitos é indispensável para que os resultados representem fielmente o fenómeno que realmente se pretende retratar. Assim sendo, para reunir os critérios pretendidos, foram selecionados técnicos que exercessem funções em Casas de Abrigo, um garante de que as crianças ali presentes estiveram expostas, quer direta quer indiretamente, à violência interpaparental, uma vez que as suas mães foram vítimas de violência doméstica.

A escolha dos participantes teve em conta dois critérios fundamentais: o facto de os técnicos exercerem funções em Casas de Abrigo, que alojassem crianças filhas de mulheres vítimas de violência doméstica simultaneamente com as mães. Estima-se que a maioria dos residentes em Casas de Abrigo são crianças e que metade das mulheres que se encontram nestes acolhimentos, se façam acompanhar dos seus filhos menores (Cunningham & Baker, 2004).

A amostra intencional é constituída por onze técnicos de Casas de Abrigo a nível nacional (representados por S1, S2, S3, S4, S5....), distribuídos por nove Casas de Abrigo (representadas por C1, C2, C3, C4...). Os sujeitos têm idades compreendidas entre os 28 e os 49 anos de idade, a maioria é do sexo feminino com um total de 10 participantes e um participante do sexo masculino. A área que mais se destaca nesta amostra é a Psicologia, seguindo-se Serviço Social, Educação Social e Sociologia. O tempo de função na respetiva Casa de Abrigo varia entre os 9 meses e os 14 anos (Quadro 1), que se encontravam a trabalhar na respetiva Casa de Abrigo na altura da recolha de dados.

Quadro1

*Dados sociodemográficos relativos aos técnicos de casa de abrigo*

Técnicos	Instituição	Sexo		Idade	Habilitações	Área	Função	Tempo de função
		M	F					
S1	C1	×		39	Licenciatura	Serviço Social	Diretora Técnica	6 anos
S2	C1	×		33	Mestrado	Medicina Legal	Psicólogo	5 anos
S3	C2	×		32	Licenciatura	Psicologia	Psicóloga	9 meses
S4	C3	×		28	Mestrado	Psicologia	Diretora Técnica	13 meses
S5	C4	×		36	Licenciatura	Psicologia	Diretora Técnica	8 anos
S6	C5	×		36	Licenciatura	Psicologia	Diretora Técnica	9 anos
S7	C6	×			Licenciatura	Psicologia	Psicóloga	7 anos
S8	C7	×		37	Licenciatura	Sociologia	Socióloga	14 anos
S9	C8	×		30	Licenciatura	Psicologia	Coordenadora /Psicóloga	5 anos
S10	C6	×		49	Licenciatura	Serviço Social	Assistente Social	7 anos
S11	C9	×		47	Licenciatura	Educação Social	Educadora Social	10 anos

### 3.3.2. Instrumento

A recolha de informação e obtenção de resultados foi realizada através da técnica da entrevista. Para tal foi necessário construir um guião (ANEXO 1), que teve por objetivo recolher as perceções dos técnicos sobre a intervenção realizada em casa de abrigo junto de crianças filhas de mulheres vítimas de violência doméstica. Trata-se de uma entrevista estruturada que foi preenchida em formulário próprio disponibilizada eletronicamente.

A entrevista está dividida em duas partes distintas. A primeira diz respeito aos dados sociodemográficos dos técnicos e a segunda parte, constituída por 16 perguntas abertas direcionadas para aspetos relativos à Casa de Abrigo (e.g., características, capacidade,

população acolhida, etc.), assim como para as práticas interventivas dos técnicos, em especial junto da população menor aí residente, suas necessidades e respostas operadas ou a desenvolver.

A inexistência de instrumentos específicos para este tema levou-nos à construção da presente entrevista, com a finalidade de recolher informação junto da amostra.

### **3.3.3. Procedimentos**

Para dar início à realização deste estudo dirigido a técnicos de Casas de Abrigo existentes em território nacional (Continente e Ilhas), houve a necessidade de se proceder a contatos prévios junto de algumas instituições dando conhecimento do estudo e solicitando informações ao/à Diretor/a Técnico/a acerca do modo como deveríamos proceder relativamente aos pedidos de autorização, a quem os deveríamos dirigir. Posteriormente, a 7 de Abril de 2012, foram enviados os pedidos formais para os endereços eletrónicos cedidos por cada Diretor/a Técnico/a pertencente a cada Casa de Abrigo solicitando autorização para que pudessem confirmar a participação dos técnicos da Casa de Abrigo, no estudo. O pedido referido continha toda a explicação acerca da investigação, a natureza do estudo, a população a quem eram dirigidas as entrevistas, a menção à garantia de anonimato e confidencialidade dos dados obtidos, seguido de um pedido de consentimento informado e indicação sobre o modo como deveriam proceder para reencaminhar as respostas e para quem. Anexo ao respetivo disponibilizava-se a entrevista a ser preenchida pelos técnicos de cada Casa de Abrigo. A recolha dos dados decorreu entre os meses de Abril e Outubro de 2012

Uma vez que o modo utilizado para a recolha de dados (preenchimento da entrevista *online*) se tornou um pouco moroso, houve a necessidade de se irem realizando telefonemas no sentido de relembrar e sensibilizar as instituições ao preenchimento da entrevista. A CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) foi uma mais-valia para complementar a

solicitação das Casas de Abrigo na colaboração dos seus técnicos, reencaminhando a entrevista em questão para todas as Casas de Abrigo a nível Nacional, de modo a reforçar a urgência do estudo.

### **3.4. Tratamento e análise dos dados**

Os dados obtidos foram sujeitos a análise de conteúdo categorial traduzível num *“conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”* (Bardin, 2006, p.37).

Segundo Vala (1986) *“o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através do processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção de análise”* (p.104).

Esta análise passou pelo estabelecimento de categorias capazes de agrupar, classificar os elementos retirados dos resultados das mensagens contidas nas entrevistas. A cada categoria, unidade de registo, é atribuída uma designação, onde irão ser introduzidos elementos que se identifiquem com o nome atribuído a cada categoria. Trata-se de um processo simples, mas monótono, uma vez que é realizado manualmente (Bardin, 2006).

### 3.5. Apresentação dos dados

A apresentação dos dados encontra-se dividida em dois momentos distintos, a categorização (Anexo 2) e a descrição dos resultados.

As categorias são apresentadas, descritas e definidas, recorrendo às respostas dos técnicos entrevistados, que exemplificam e traduzem a definição da categoria, contribuindo para uma visualização e integração mais facilitada do processo indutivo e interpretativo (Quadro 2). Os resultados apresentados seguidamente dizem respeito à análise dos dados recolhidos das entrevistas, e estão organizados de forma a dar resposta às questões de investigação que orientam este estudo.

De modo a ilustrar e aprofundar as interpretações, são apresentados excertos das entrevistas ao longo da apresentação dos dados

Quadro 2

*Categorias e subcategorias de análise*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>I)</b> <b>Características</b> <b>das Casas de</b> <b>Abrigo</b>	Ia) Características estruturais Ib) População acolhida Ic) Objetivo funcional
<b>II)</b> <b>Práticas</b> <b>Interventivas</b> <b>dos Técnicos</b>	IIa) Intervenção com os utentes IIb) Necessidades das crianças acolhidas IIc) Competências para a intervenção com as crianças IId) Importância da intervenção com as crianças IIe) Intervenção desenvolvida com as crianças na Casa de Abrigo

- |  |
|--|
| IIf) Abordagem no processo de autonomização            |
| IIg) Dificuldades/desafios na intervenção com crianças |
| IIh) Melhor experiência na intervenção com crianças    |
| IIi) Sugestões na intervenção com crianças             |

## I. Características das casas de abrigo

### I a. Características estruturais

A lei nº 107/99 de 3 de Agosto estabelece o quadro geral da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, as designadas Casas de Abrigo. Estas instituições destinam-se a acolher, temporariamente, mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não dos seus filhos menores. Com a aprovação da Lei nº 1/2006, e como se prevê no II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, no seu IV capítulo (“Proteção da vítima e integração social”), este refere a *“elaboração de um regulamento interno das casas de abrigo, acautelando a qualidade dos serviços prestados, as condições de abertura, de funcionamento e fiscalização”*.

Tendo por base a legislação supracitada procede-se a uma análise das características estruturais das instituições participantes neste estudo. Assim, no que diz respeito ao espaço de uso doméstico, os técnicos da amostra referem diversos equipamentos. Trata-se de espaços comuns utilizados por todos os residentes da instituição. Algumas Casas de Abrigo são portadoras de **S1**: *“Cozinha e lavandaria tipo industrial e cozinha multiusos de utilização exclusiva das utilizadoras: preparação de pequenas refeições/ lanches e lavagem da roupa de uso pessoal.”*; **S7**: *“(…) uma cozinha, uma lavandaria, uma sala de refeições e de estar, (...)”*; **S10**: *1 cozinha, 1 lavandaria, 1 sala de estar/ sala de refeições (...). A cozinha e a*

*lavandaria encontra-se equipada de modo as que as refeições e o tratamento de roupa seja feito pelas utentes com a supervisão das Ajudantes de ação direta.*

Relativamente à capacidade de utilizadores nas Casas de Abrigo, essa varia dependendo da sua estrutura e das suas dimensões. Pode verificar-se através das respostas obtidas através dos técnicos, que a capacidade de utilizadores varia entre os 8 e os 45 utilizadores, incluindo mães e filhos, no caso de estes as acompanharem **S8** “(... capacidade para 8 pessoas.”); **S3** (“em termos de capacidade, temos capacidade para 45 utentes.”).

Quanto aos espaços de lazer, os técnicos das instituições (S1, S2, S3, S4, S5, S6, S8, S9, S10) referem existir espaços lúdicos, comuns a todos, para que possam conviver e relacionar-se **S1**: *sala de convívio com televisão e dvd. espaço destinado apenas às crianças - sala de brincar*; **S2**: “ (...) uma sala de convívio (...) sala de convívio para os menores”; **S3**: “A nível de estruturas (...), temos salas de estudo, temos a sala de informática (...)”; **S5**: *As zonas comuns são constituídas por uma sala de jantar e de estar (...) um quarto de banho de serviço (...) e uma sala de convívio para as crianças.”*

A nível de privacidade existem quartos com casa de banho privativa, onde são acolhidas apenas a mãe com os respetivos filhos, no caso de se fazer acompanhar dos mesmos. Existem ainda, em algumas destas instituições (S1, S2, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10), quartos adaptados para pessoas com incapacidade motora reduzida **S6**: “ *As instalações da Casa de Abrigo são compostas por seis quartos, um dos quais adaptado a pessoa de mobilidade reduzida (...).*

Existem nestas instituições espaços para utilização dos próprios técnicos, entre eles, sala de formação e o gabinete técnico (S1, S2, S4, S7, S9, S10). Trata-se de espaços que podem ser utilizados para reuniões, consultas com as utentes, atividades em grupo ou individuais com as crianças como o próprio nome indica para dar formação às utentes e também para fazer atividades com elas **S1** “ (...) e uma sala de formação para profissionais e utilizadoras.” **S6** “ (...) um escritório para a equipa técnica (...)”.

Segundo a análise das respostas relativas a esta categoria, é de salientar que as instituições que acolhem mulheres vítimas de violência, que se façam acompanhar dos seus filhos, cumprem o mínimo estipulado por lei, sendo capazes de responder às necessidades sentidas pelos utilizadores que ali chegam, no que diz respeito ao conforto, segurança e apoio/acompanhamento.

### I b. População acolhida

Todas as Casas de Abrigo que fazem parte da nossa amostra acolhem mulheres vítimas de violência doméstica - **S4**: *“As pessoas acolhidas na Casa Abrigo «Renascença» são mulheres vítimas de qualquer tipo de violência doméstica (...)”*. Alguns técnicos referem ainda que os filhos também acompanham as suas mães para estas instituições (S1, S2, S4, S5, S7, S8, S9, S10) - **S10**: *“Mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica”*. Dois técnicos da nossa amostra (S7, S10) referem que a Casa de Abrigo onde exercem funções, exige idade limite para a permanência das crianças do sexo masculino na instituição. Segundo os mesmos, 12 anos é a idade máxima para o acolhimento das crianças. **S10**: *“Os filhos do sexo masculino apenas podem ser acolhidos caso tenham idade inferior a 12 anos, devido à partilha de diferentes espaços, nomeadamente WC e outros espaços”*; **S7**: *“Mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, sendo que os filhos rapazes apenas podem ser acolhidos até aos 12 anos. (derivado à necessidade de partilha do WC entre dois quartos).”*

### I c. Objetivo Funcional

Relativamente ao funcionamento da Casa de Abrigo, a maioria dos técnicos (S1, S3, S5, S6, S8, S9, S11) referem **S1**: *“o objetivo primordial é o de proteção e segurança dos agregados nela acolhidos (...)”*. **S6**: *“Acolher temporariamente as mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores tendo em vista a sua*

*segurança e proteção (...).”; S5: Proporcionar todas as condições de segurança às mulheres e crianças vítimas de violência doméstica (...).”*

Outro objetivo, considerando importante pelos técnicos, no acolhimento das mulheres vítimas de violência e dos seus filhos, é a estabilização emocional - **S1:** “ *O objetivo primordial é o de proteção (...) posteriormente estabilização emocional (...).”; S3: O objetivo funcional é acolhê-las (...) a estabilização emocional (...).”*

Através das respostas obtidas, é de salientar que o principal objetivo das Casas de Abrigo é o de manter as mulheres e seus filhos menores em segurança. É importante destacar ainda, que técnicos que trabalham em Casa de Abrigo, e lidam com esta problemática, têm consciência das maiores necessidades que devem ser ultrapassadas, após a entrada destas mulheres e crianças na instituição.

A reformulação de um novo projeto de vida é outro dos objetivos a atingir, de acordo com técnicos (S1, S2, S3, S5, S7, S9, S10). Após a entrada da vítima na instituição é traçado um plano com a intenção de fazer a vítima autonomizar-se, sem que esta regresse novamente à casa de morada de família para junto do agressor, para assim reconstruir a sua vida juntamente com os seus filhos menores, no caso de estes acompanharem a mãe - **S2:** “*Uma Casa de Abrigo tem como objetivo apoiar as vítimas na construção de um novo projeto de vida, bem como reconstrução de nova identidade como pessoa individual, bem como família (...).”; S7: “(...) assegurando-lhes o acompanhamento biopsicossocial e jurídico necessário a uma (re)construção ativa de novos projetos de vida pessoal e familiar, sem violência.”; S9: “(...) uma oportunidade para reconstruírem as suas vidas, através de um novo projeto de vida, incidindo nas competências pessoais e parentais (...).”*

Orientação no processo de mudança é outro dos objetivos referidos nas respostas dos técnicos - **S4:** “*(...) auxiliando-as através de apoio e orientação no processo de mudança que desejam para as suas vidas (...).”*. Tornar estas mulheres autónomas e capazes de

lidarem com os obstáculos que lhes vão surgindo é outro objetivo que cabe aos técnicos das Casas de Abrigo (S3, S6, S8, S11). **S3** “ (...) reestruturação do projeto de vida delas (...) tendo sempre em conta a autonomia delas (...).” **S11**: “Promover a autonomia (...) às mulheres vítimas de violência doméstica e seus descendentes acolhidos na instituição.”

O acompanhamento referido pelos técnicos (S5, S7, S10) dentro da Casa de Abrigo em que a mulher vítima de violência está inserida, juntamente com os seus filhos é o que lhes vai dar alento para seguirem com as suas vidas - **S7**: “(...) assegurando-lhes o acompanhamento biopsicossocial e jurídico necessário a uma (re)construção ativa de novos projetos de vida pessoal e familiar, sem violência.”). **S10**: “ (...) apoio psicossocial e jurídico para a construção de novos projetos de vida, sem violência.”

A passagem destas mulheres pela instituição que as acolhe é uma mais-valia para elas, uma vez que os objetivos delineados pela Casa de Abrigo são apenas e só de as orientar nesta fase menos boa das suas vidas, para que possam ter uma nova vida sem violência.

## **II. Práticas interventivas dos técnicos**

### II a. Intervenção com os utentes

O apoio dos técnicos que acompanham estas mulheres é muito importante nesta fase de adaptação pela qual estão a passar, pois saem das suas casas, abandonam os seus familiares, o seu grupo de amigos e, por vezes, o emprego, para poderem afastar-se de uma vida de violência. Segundo os técnicos, a intervenção realizada junto dos utentes passa por uma intervenção multidisciplinar (S2, S3, S7, S9) **S2**: “A intervenção é desenvolvida tendo em conta a equipa técnica, que é uma equipa multidisciplinar” **S9**: “É uma intervenção multidisciplinar (...)”, mas **S1**: “é uma intervenção temporária” pois o período mínimo de permanência nas Casas de Abrigo é de 6 meses, estipulado por lei (D.R. 1/2007 de 25 de

Janeiro), não havendo qualquer tipo de apoio/acompanhamento após a saída destas mulheres da instituição.

Durante o tempo de permanência, a intervenção realizada pelos técnicos é adequada às maiores necessidades evidenciadas pelas mulheres, necessidades essas que passam pelo desenvolvimento de competências, autonomização, desenvolvimento da autoestima e do autoconceito ( S5, S6, S7, S8, S9, S11) **S1:** *“é uma intervenção temporária, que visa potenciar e desenvolver competências; desencadear mecanismos que lhes permitam seguir um novo projecto de vida, sem violência, de forma sustentada e numa perspectiva de autonomização”*; **S6:** *“A intervenção é efectuada consoante as necessidades específicas de cada agregado, sendo comum a todas a capacitação das mulheres para a autonomização e responsabilização enquanto cidadãs activas na comunidade.”*; **S9:** *“É uma intervenção multidisciplinar, assenta nas necessidades e especificidades de cada utente, com base na realização de um plano de intervenção.”*

No que diz respeito à intervenção desenvolvida pela equipa técnica com os utentes da Casa de Abrigo, pode verificar-se que, a maioria dos técnicos não intervém diretamente com as crianças, há uma intervenção sim, mas com as mães das crianças acolhidas, para que estas se tornem capazes de lidar com os seus filhos (S2, S3, S4, S6, S8). Existe uma grande necessidade destas mães conseguirem lidar com os seus filhos, de ganhar autoridade, de os conseguir ajudar a nível escolar, social, afetivo, e no relacionamento com os pares - **S3:** *“Tentamos muitas das vezes trabalhar competências parentais cá dentro, tentar sensibilizar as mães em termos afetivos, em termos de práticas educativas, o acompanhamento escolar, o facto de cumprir com as refeições, cumprir com os planos de saúde, cumprir com as regras, com as rotinas em relação aos filhos, tudo isso é feito, é feito um trabalho em parceria com as mães e que nos cabe a nós também, fazer essa monitorização”*; **S5:** *No entanto, de uma*

*forma geral a intervenção consiste em apoiar as mulheres na sua relação mãe - filhos, o que tem um impacto muito positivo na mudança comportamental das crianças”.*

No que diz respeito ao desenvolvimento de competências, existe a necessidade de promover competências a nível pessoal, profissional e social, para assim atingir os objetivos a que estas mulheres se propuseram juntamente com a equipa técnica da instituição que as acolheu - **S11**: *“Promotora de competências pessoais, profissionais, parentais e sociais”.*

A intervenção realizada com as crianças está direcionada para a educação e saúde **S10**: *“A intervenção técnica divide-se em diferentes áreas: educação, saúde, profissional, jurídica e psicossocial (mulher, criança e família).”* A autoestima e o autoconceito são outras das preocupações dos técnicos relativamente às mães, mas também às crianças- **S5**: *“Promoção da autoestima das mulheres e crianças e desenvolvimento de um autoconceito positivo;*

É através do apoio e acompanhamento prestados pela equipa técnica que estas mulheres vão conseguir superar esta fase e seguir um projeto de vida afastadas de uma vida rodeada de violência em conjunto com os seus filhos menores .

## II b. Necessidades das crianças acolhidas

De acordo com as respostas dos técnicos, relativamente às necessidades evidenciadas pelas crianças aquando a sua entrada na Casa de Abrigo, estes partilham da mesma opinião. As necessidades com que estes profissionais se deparam no dia-a-dia, estão relacionadas com questões que dizem respeito à proteção, estas crianças chegam às instituições a carecer de segurança, acompanhamento a nível escolar e psicológico (S1, S3, S4, S7, S10) **S10**: *“ (...) dependendo de diferentes variáveis, noemadamente idade, impacto, desenvolvimento, resiliências, e outras, assinalaria que a necessidade mais evidenciada é a segurança”.* Estas crianças precisam sentir que não estão sozinhas, necessitam da atenção das mães, de continuar a relacionar-se com os familiares, incluindo com o pai, que na maioria dos casos é

o agressor e também com o grupo de pares (S6, S7, S9) **S6:** “*Em muitas situações observa-se a necessidade de atenção, afecto (...)*”. Devido aos problemas que enfrentaram, estas crianças sentem-se debilitadas, revoltadas e há uma grande necessidade de se estar atento ao seu comportamento, e por isso existe a necessidade das suas mães imporem limites e regras - **S6:** “*Em relação às crianças as necessidades evidentes são a falta de rotinas, regras (...)*”. **S9:** “*Em relação às crianças as necessidades evidentes são a falta de rotinas, regras (...)*”

Segundo as respostas obtidas, as crianças que chegam à Casa de Abrigo acarretam uma panóplia de sentimentos, entre eles, o sentimento de culpa, que segundo a literatura, muitas das vezes é atribuído a si própria, mas também à própria vítima, a mãe. O que pode significar o quanto estas crianças se sentem carentes, e a agressividade para com a progenitora é uma das formas de chamar à atenção. Estas crianças aparecem ainda com a autoestima diminuída, devido aos acontecimentos presenciados e também ao processo de mudança que acabaram de sofrer. Muitas vezes os cuidados de saúde são também uma necessidade evidenciada nestas crianças (S3, S4, S9) **S2:** “*As principais necessidades, de forma geral, destas crianças estão relacionadas com a vinculação afetiva, com o sentimento de culpa (...). É possível verificar em algumas crianças, a necessidade de trabalhar as emoções (...)*”.

### II c. Competências para a intervenção com as crianças

Existem diversas características que devem fazer parte dos quesitos dos profissionais que lidam com crianças no seu dia-a-dia. De acordo com os técnicos são necessários conhecimentos teóricos, competências técnicas e relacionais para se poder intervir junto de crianças direta e/ou indiretamente vítimas de violência doméstica. Relativamente aos conhecimentos, os técnicos referem o conhecimento da temática da violência doméstica, o conhecimento do estágio de desenvolvimento da criança, competências na área social e

humana e conhecimento do funcionamento familiar como as aptidões mais importantes, no que diz respeito ao trabalho com crianças vítimas de violência interpaparental acolhidas em Casa de Abrigo. Na grande maioria das respostas, (S2, S3, S4, S6, S7, S8, S9, S10, S11) a relação empática é apontada como a competência mais importante no trabalho com estas crianças, **S2**: *“É extremamente importante ter a capacidade de conseguirmos sentir o que elas sentem, colocarmo-nos no lugar delas - criarmos empatia - para conseguirmos trabalhar os aspectos psicoemocionais de relevo. Ter conhecimento da evolução psicoemocional da criança, para poder fazer a distinção do normal e patológico. E, como é claro, ter conhecimento da temática - Violência Doméstica - para adequarmos os conhecimentos científicos para uma melhor intervenção”*.

No que diz respeito às competências técnicas, estas estão voltadas para a intervenção propriamente dita. **S7**: *“Conhecimento técnico sobre como intervir (modelos de Intervenção) junto destas crianças (...)”*; **S8**: *“ (...) desenvolver atividades por forma a explorar o impacto da violência conjugal em menores; compreender o papel do lúdico na intervenção (...)”*; **S9**: *“Capacidade de observação dos sinais indicadores de existência de disfuncionalidade ou risco/negligência parental”*.

As competências relacionais apontadas pelos técnicos prendem-se com características voltadas para cada pessoa individualmente (S1, S4, S5, S8, S9, S10, S11). São referidas, a simpatia, a disponibilidade, a atenção, o saber informar, ouvir, interpretar. O ser dinâmico e transmitir segurança a estas crianças, são outras características relatadas pela amostra. **S1**: *“Ser empático, dinâmico e disponível. Tecnicamente saber ouvir, estar atento a pequenos sinais de alerta ( dar-lhes a devida importancia), saber interpretar a linguagem não verbal, informar de forma ajustada conforme a idade e transmitir segurança.”*; **S10**: *“A nível relacional deve saber escutar, ter flexibilidade, ter abertura à "mudança" e ter empatia;* **S11**:

:*“Capacidade de escuta ativa(...); Proporcionar o desenvolvimento de um sentimento de confiança.”*

#### II d) Importância da intervenção com crianças

Após a análise das respostas dos técnicos, pode concluir-se que estes consideram de extrema importância a intervenção a realizar com as crianças acolhidas em Casa de Abrigo – (S1, S2, S3, S5, S6, S8, S9). **S1:** *“É fundamental!”*; **S5:** *“Parece-me fundamental que a equipa trabalhe com vista a minimizar o impacto que a violência teve sobre a criança (...)”*. Referem problemas emocionais e de comportamento, como as áreas mais afetadas nestas crianças aquando da sua entrada na instituição de acolhimento, e as que merecem uma preocupação maior. E como tal, um maior cuidado quando se trata da intervenção com crianças **S1:** *“(...) as crianças precisam de estabilizar emocionalmente (...)”* **S3:** *“Podemos também, tentar a estabilização emocional e eventuais problemas de comportamento (...)”* **S9:** *“(...) uma das nas nossas preocupações é realmente o estado afetivo das crianças, que são direta ou indiretamente vítimas da violência familiar (...)”*.

Com a saída da morada de família e a posterior entrada na Casa de Abrigo, as crianças que conviveram com a violência sofrem graves alterações nas suas vidas, que pode levar a que se sintam confusas, sem perceber o porquê da saída de casa e o porquê de abandonar o pai, que na maioria das vezes é o agressor (S1, S3, S5, S8) (S5): *“Parece-me fundamental que a equipa trabalhe com vista a minimizar o impacto que a violência teve sobre a criança e que a ajude a desenvolver a autoestima e autoconfiança.”* A nível psicológico, estas crianças são muito afetadas - (S2, S3, S6, S9) **S6:** *“Sim, sobretudo a nível psicológico, de forma a facilitar, compreender e ultrapassar as situações vivenciadas, lidando com as mesmas de uma forma mais ajustada.”*

Para colmatar todos os problemas que afectam os menores que dão entrada nas Casas de Abrigo, a maioria dos técnicos da amostra refere que a intervenção individual e a intervenção em grupo são apropriadas para lidar com estas crianças que estiveram expostas à violência interpaparental. Referem que a intervenção em grupo será adequada, uma vez que dá oportunidade para partilhar experiências, que de certa forma vão de encontro a cada história vivenciada por cada criança individualmente e a intervenção individual é muito pertinente para que as crianças se sintam à vontade para compartilhar medos e receios **S2**: *“Considero que é extremamente importante que haja intervenção individual (apoio e/ou acompanhamento psicológico) e em grupo. Para dar oportunidade da criança ter o seu espaço (individual) para adquirir confiança e poder expor as suas angústias e medos, bem como é importante o espaço grupal de partilha e de modelagem”*; **S3**: *“Em grupo, costuma funcionar muito bem, a intervenção em grupo, eles costumam aderir bastante bem e tem funcionado”*.

No entanto, existem Casas de Abrigo, nas quais a intervenção realizada com as crianças não é realizada na instituição de acolhimento, visto que os profissionais da mesma acompanham as mães das crianças. De tal forma que, de acordo com a resposta dos técnicos, não seria ético que o profissional acompanhasse mães e filhos - **S9**: *“(...) temos encaminhado as crianças, para a consulta de psicologia do centro de saúde e/ou hospital; já que a psicóloga da casa de abrigo atende as mães destas crianças, e as utentes do centro de atendimentos, desta forma não seria ético estar a intervir diretamente na criança”*.

Os técnicos referem a conveniência de uma intervenção individual e/ou em grupo, no que diz respeito ao trabalho com as crianças acolhidas em Casa de Abrigo. De salientar que estas crianças se encontram muito afectadas a nível psicológico, e como tal parece-nos pertinente considerar uma prioridade a intervenção psicológica.

## II e) Intervenção desenvolvida com as crianças na Casa de Abrigo

De acordo com as respostas dos técnicos, em relação à intervenção que desenvolvem com as crianças na Casa de Abrigo, a maioria das respostas dizem respeito à intervenção com as mães, como se pode verificar acima no ponto IIb). Guiando-nos pelas respostas dos técnicos, uma resposta menciona que S1: *“Para além da correspondente intervenção terapéutica efectuada pelo psicólogo, são desenvolvidas diferentes actividades meramente lúdicas para ajudar a normalizar os efeitos negativos do contexto de violência que vivenciaram (...)”*. Pode verificar-se que a intervenção com as crianças propriamente dita, é bastante escassa, havendo apenas uma resposta que refere intervenção. O que eles referem está relacionado com a própria instituição, que acolhe estas crianças, que realiza todos os encaminhamentos das mesmas, de acordo com as necessidades evidenciadas por elas - (S1, S3, S4, S5, S7, S8, S11) **S4**: *“A equipa técnica procede a uma avaliação informal das necessidades da criança, fazendo os encaminhamentos e acompanhamentos necessários no que respeita a serviços de saúde, estabelecimentos educativos, aquisição de vestuário, acompanhamento psicológico, intervenções da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, entre outros”*; **S9**: *“A equipa técnica realiza diversas diligências no sentido de integrá-las na comunidade escolar, e social, através de actividades coletivas e com os seus pares, de forma a terem contextos múltiplos onde se possam realizar e desenvolver competências sociais e pessoais, de forma a reforçar a sua autoestima e autoconceito;”*

O trabalho realizado pelos técnicos é muito importante, visto que só após a realização do levantamento das necessidades das crianças, é que estes realizam os encaminhamentos necessários, mas é notória a escassa intervenção junto das crianças, visto que o “alvo” principal para estes profissionais são as progenitoras, com o objetivo destas conseguirem apoiar e lidar com os seus filhos. De acordo com uma das respostas às entrevistas, quando é necessária a intervenção por parte de um psicólogo, as crianças são encaminhadas para

serviços externos, fora da Casa de Abrigo - **S5**: “ Quando se verifica a necessidade de um acompanhamento em consulta de pedopsiquiatria ou psicologia, a criança é encaminhada para serviço específico do serviço nacional de saúde”.

#### II f) Abordagem no processo de autonomização

O trabalho realizado pelos técnicos de Casa de Abrigo, no que diz respeito ao processo de autonomização das crianças e suas famílias, está mais direcionado para as progenitoras do que propriamente para as crianças. A abordagem dos técnicos passa pelo encaminhamento e orientação das mulheres para que possam ser independentes e consigam dar um rumo nas suas vidas, ao adquirir competências (S3, S4, S5, S6, S7, S11) **S3**: “Em termos jurídicos é feito tudo, tratada toda a papelada em termos de apoio jurídico, em relação às queixas, à regulação das responsabilidades parentais, à queixa crime e divórcio, partilhas. Em termos de emprego, elas estão inscritas no centro de emprego daqui ou então é realizada a transferência do centro de emprego do local de onde vêm e tentamos sensibilizar, temos ações de formação relativamente ao emprego aqui dentro, em que procuramos que elas adquiram técnicas de procura de emprego, responder a anúncios, entrevistas. Em termos parentais, também temos formação a nível de competências parentais, para além do trabalho que fazemos junto de cada utente, consoante as necessidades e as dificuldades que elas apresentem. Em termos psicológicos também temos ações de formação semanais (...).Em termos de autonomização, há os subsídios. Neste momento temos a grande lacuna do emprego e estamos a ter bastantes dificuldades em integrá-las no mercado de trabalho e, são esses subsídios que de certa forma vão permitindo a autonomização das utentes e das crianças (...).”

Outro aspeto importante, referido, é o plano que é delineado quando estas mulheres dão entrada na Casa de Abrigo, tendo em conta as necessidades mais evidenciadas nas

utilizadoras - **S9**: *“A equipa multidisciplinar (...) procede à realização de um projeto de intervenção, onde são delineados objetivos a curto, medio e longo prazo, com base nas necessidades e especificidades da utente e seus filhos.”*

## II g) Dificuldades/ desafios na intervenção com crianças

São inúmeras as dificuldades e os desafios que estão presentes na vida dos técnicos que exercem funções nas Casas de Abrigo. Na maioria das respostas, as dificuldades são a questão mais referenciada pelos profissionais, dificuldades essas que estão relacionadas com questões que não podem ser controladas por eles. Trata-se de dificuldades que estão dependentes da forma como as utilizadoras vivenciam a experiência do acolhimento, de assuntos relacionados com as burocracias institucionais, as consequências provocadas pela exposição à violência é também um fator que contribui para as dificuldades sentidas pelos técnicos que lidam diariamente com esta população. Os órgãos judiciais, que deveriam ter um papel fundamental na vida destas utentes, acabam por não ser céleres, a sua intervenção acaba por não ser determinante na vida destas mães e destas crianças, o que acaba por tornar o trabalho dos técnicos mais dificultado - (S1, S4, S5, S8, S9) S4: *“As maiores dificuldades prendem-se com a falta de estruturas específicas de apoio/formação aos pais no que concerne às competências parentais; os maus-tratos e negligência de que muitas vezes estas crianças são vítimas por parte das próprias utentes, o que coloca a equipa técnica numa posição difícil de conciliação de intervenções; a falta de celeridade do sistema judicial no que concerne, por exemplo, aos processos de Regulação do Poder Paternal; questões jurídicas relativas à proteção e segurança das crianças face ao agressor da mãe, que muitas vezes é também agressor dos menores; a ineficácia dos sistemas de proteção de crianças e jovens”*; S5 - *“Quanto maior o tempo de exposição à violência, mais difícil se torna o trabalho com as crianças pois é mais difícil atingir os objetivos.”* Estas mulheres, bem como

os seus filhos encontram-se bastante afetados a nível emocional, o que torna o trabalho dos técnicos mais difícil - **S2**: *“As saudades que sentem dos familiares, perceberem porque tem que estar acolhidas. perceberem a dualidade de sentimentos que tem em relação ao progenitor”*, os comportamentos desajustados, provocados pela presença de violência na vida das crianças são fatores que podem dificultar o trabalho dos profissionais - (S4, S5, S6, S9) **S6**: *“a maior dificuldade assenta na alteração de comportamentos desajustados, face aos diferentes contextos e promoção de hábitos saudáveis (...) A dificuldade é maior devido à resistência de muitas mães à mudança.”*; **S9**: *“Em termos de aceitação e integração no contexto casa abrigo, pois implica mudanças e transformações na vida das crianças, e conquistar a confiança destas crianças, que vêm fragilizadas do seu contexto familiar, pelas dinâmicas associadas.”*

Apenas uma resposta está relacionada com desafios, a intervenção que deve ser realizada com estas crianças que passaram por experiência traumatizantes, como a violência interpaparental **S3**: *“o desafio a que eu me tenho proposto, em parceria com a minha colega de gabinete, temos tentado implementar um programa de intervenção em grupo, especificamente para este tipo de crianças (...)”*.

## II h) Melhor experiência na intervenção com crianças

São diversas as experiências relatadas pelos técnicos de Casa de Abrigo no que diz respeito ao que mais lhes tocou na intervenção com as crianças acolhidas. Há relatos direcionados para situações relativas à entrada das famílias que chegam desestruturadas à Casa de Abrigo - (S2, S3, S4, S6, S10) **S2**: *“A que irei recordar para sempre, foi uma intervenção junto de uma família (três filhas - 16, 13 e 7 anos de idade) que tinha um funcionamento plenamente coordenado em situação de violência. Quando foram acolhidas, começou a faltar o elemento principal, de união, de coordenação, o agressor, então,*

*iniciaram os conflitos graves entre os membros da família. Associados a estes conflitos (tentativa de suicídio) cada elemento (crianças) teve o espaço para poder exprimir as características desenvolvimentais inerentes a idade, que até então estavam proibidas por existirem outras prioridades, nomeadamente a de sobrevivência. Deste modo, tive que iniciar acompanhamento familiar e ajudar na reconstrução da identidade individual e familiar do agregado. Felizmente com grande sucesso”;* Outras experiências estão relacionadas com o desfecho dos processos que passam pelas instituições - (S1, S3, S4, S5, S8) **S1:** *“Foi possível reduzir substancialmente a sintomatologia psicossomática de um contexto vivencial violento e iniciar um trabalho de reforço e desenvolvimento de competências sociais e pessoais - que possibilitaram após saída, com a devida supervisão, um crescimento equilibrado e ajustado daquele menor. ‘agora consigo dormir toda a noite’”;* e outras que estão referidas como situações pontuais que ficaram marcadas na memória destes profissionais - **S9:** *“Uma das experiências mais gratificantes foi uma visita guiada ao museu da horta, com as várias crianças que integram a casa abrigo, com posterior atividade lúdica organizada pelo próprio museu, seguido de lanche, em que se pode constatar a felicidade e interação destas crianças, que são iguais a todas as outras, mas com necessidades afetivas e relacionais diferentes”.*

## II i) Sugestões na intervenção com crianças

Os técnicos são unânimes no que toca à melhoria da intervenção com crianças acolhidas em Casas de Abrigo, e estão cientes das necessidades institucionais. As sugestões proferidas por estes profissionais estão relacionadas com questões que se prendem com a formação dos profissionais, apoio de outras entidades e a escassez de profissionais que possam acompanhar todos os utilizadores (mães e filhos) residentes nas Casas de Abrigo - (S1, S2, S3, S4, S6, S7, S9, S11) **S2:** *“Seria importante criar protocolos de intervenção (no que concerne a área de*

*psicologia) transversais a todas as casas de abrigo, bem como formação especializada para a equipa técnica de forma a adequar a intervenção transversalmente, com base científica actualizada”;* **S3:** *“O ideal era ter um técnico para as utentes e um técnico para as crianças. Ou então algum estagiário com supervisão da minha parte, também seria uma resposta (...)”.*

Pode verificar-se que, existe uma grande preocupação no que concerne à intervenção com crianças - (S4, S7, S8) **S4:** *“Uma sugestão seria, por exemplo, fazerem-se e implementarem-se programas de intervenção no domínio das atitudes face à violência”.* Verifica-se, através da análise das respostas que, a intervenção realizada nas Casas de Abrigo recai principalmente nas progenitoras - **S6:** *“Apesar dos Técnicos poderem intervir com as crianças, a intervenção tem que ser sobretudo ao nível das mães pois são estas que vão "educar" e cuidar dos filhos, inculcando neles os valores e formas de estar na vida que praticam e, eventualmente, consideram mais correctos.*

### 3.6. Discussão dos Resultados

Após a apresentação dos resultados, segue-se o processo de análise, reflexão e cruzamento de dados. Este processo tem como objetivo fazer um levantamento de elementos que nos ajudem a traçar conclusões a partir dos dados obtidos, juntamente com a literatura existente, para desta forma contextualizar a intervenção que é realizada com as crianças vítimas de violência interpaparental acolhidas em Casas de Abrigo juntamente com as suas mães, vítimas de violência doméstica.

Primeiramente será efetuada uma análise à primeira categoria do nosso estudo, as características pertencentes a cada Casa de Abrigo, envolvendo aspetos como características estruturais, população acolhida e o objetivo funcional. Posteriormente, avançaremos para a análise da segunda grande categoria do presente estudo, relacionada com as práticas interventivas dos técnicos em Casas de Abrigo.

No que diz respeito à primeira categoria, verifica-se, efetivamente, que as características enunciadas pelos técnicos são similares de Casa de Abrigo para Casa de Abrigo. Relativamente às características estruturais das Casas de Abrigo, as respostas vão de encontro ao estipulado na lei, como se pode verificar pela Lei 112/2009, no artigo 23 do Capítulo V, do Decreto Regulamentar nº1/2006. Os técnicos das Casas de Abrigo mencionam características estruturais, entre as quais, quarto unifamiliares, casas de banho, sala de convívio, sala de brincar, sala de formação, cozinha, lavandaria, o limite de utilizadores, refeitório, gabinete técnico, sala de estudo, quarto das máquinas, dispensa, arrecadações e pátio exterior. Segundo o artigo referido acima, *“a casa de abrigo, nas suas instalações, dispõe dos espaços necessários e adequados ao número das utilizadoras e das crianças a acolher (...) nomeadamente em matéria de edificações, segurança e higiene no trabalho e acessibilidades (...) A casa de abrigo dispõe das seguintes áreas: espaço para acolhimento;*

*sala de convívio; sala de refeições; cozinha/copa; lavanderia; quartos (...) possibilitando a permanência das utilizadoras e das crianças; espaço próprio para as crianças; instalações sanitárias (...); gabinete técnico de atendimento especializado; e gabinete do diretor técnico*". A Lei 112/2009, no Capítulo V, no artigo 23º, alínea 2) refere que *"a capacidade das casas de abrigo não deve exceder o máximo de 30 utentes, incluindo mulheres e os seus filhos menores"*. A capacidade de utentes nas Casas de Abrigo do nosso estudo varia entre os 8 e os 45 utilizadores. Os 45 utilizadores correspondem apenas a uma casa de Abrigo, as restantes cumprem os parâmetros estipulados por lei.

A população acolhida pela maioria das Casas de Abrigo das quais obtivemos respostas, são mulheres e crianças. Dois técnicos pertencentes à mesma instituição referiram que esta acolhe mulheres e crianças, mas as crianças do sexo masculino devem ter idade inferior a 12 anos. Justificam que tal acontece, devido à partilha de espaços comuns, como por exemplo a casa de banho. De acordo com o artigo 2º do Capítulo I, do Decreto Regulamentar nº1/2006, *"as casas de abrigo são unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não dos seus filhos menores"*. A lei não refere qualquer distinção no que diz respeito à idade dos menores, supõem-se que se trata de um requisito definido pelo regulamento interno da Casa de Abrigo em questão. Para estes profissionais, que realizam o seu trabalho em Casas de Abrigo, a segurança, proteção e estabilização emocional são uns dos principais objetivos da instituição aquando da entrada das vítimas na mesma. De acordo com a lei das Casas de Abrigo (Lei 112/2009), o artigo 4º do Capítulo I, do Decreto Regulamentar nº1/2006 refere que *"As casas de abrigo constituem formas de apoio especialmente vocacionadas para a proteção de mulheres vítimas de violência (...) acolher temporariamente as utilizadoras e as crianças, tendo em vista a proteção da sua integridade física e psicológica"*.

Após a análise dos subtópicos referidos, podemos concluir que, efetivamente, se verifica que as características enunciadas pelos técnicos são similares de Casa de Abrigo para Casa de Abrigo.

Passando agora para a análise das questões direcionadas para o nosso objetivo concreto, tendo em atenção as práticas interventivas dos técnicos que exercem funções em Casa de Abrigo, como se pode constatar na apresentação dos resultados, a intervenção nas Casas de Abrigo com os utentes é, na sua maioria, realizada com as mães para serem trabalhadas competências parentais, vinculação, práticas educativas, regras e rotinas, para que depois sejam aplicadas com os seus filhos. Tratam-se assim, de questões relacionadas com a parentalidade. Para os técnicos as áreas referenciadas são as mais sensíveis e as que mais atenção merecem, para que posteriormente estas mães consigam lidar com os seus filhos. A violência sofrida pelas mulheres por parte do seu companheiro provoca efeitos nefastos para as mesmas, tais como baixa autoestima, depressão, ansiedade, sentimentos de impotência e culpa que acarretam consequências graves no que toca às suas capacidades parentais e de vinculação com os seus filhos (Levendosky, Huth-Bocks, Shapiro & Semel, 2003; Sani & Cunha, 2011). Segundo Hester, Pearson e Harwin (2002) e Carlson (2000), o abuso a que estiveram sujeitas é a causa das más práticas parentais, que por vezes se traduzem em comportamentos coercivos como forma estratégica, para lidarem melhor com os seus filhos.

Através da análise de conteúdo às entrevistas, foi possível verificar que os técnicos conseguem definir as necessidades evidenciadas pelas crianças ao chegarem à instituição, relatando a segurança, a proteção, a vinculação afetiva com os progenitores, necessidade de trabalhar as emoções, como por exemplo o sentimento de culpa, a imposição de disciplina por parte da figura materna, não perder o contacto com o progenitor, como as necessidades prioritárias, e como tal é de notar que estes profissionais têm consciência do que realmente afeta os filhos destas mulheres que chegam à Casa de Abrigo com elas. As necessidades

enunciadas pelos profissionais de Casa de Abrigo, estão relacionadas com os efeitos que a exposição à violência interpaparental tem sobre as crianças, ou seja, com as consequências causadas pelo testemunho da violência entre os pais. As crianças correm elevados riscos de sofrerem consequências a diferentes níveis de desenvolvimento, tais como, comportamental, tendo subjacentes problemas de internalização (baixa auto estima, ansiedade, depressão...) e externalização (desobediência, comportamentos agressivos, comportamento delinqüente...), emocional (raiva, vergonha, culpa, choro, dificuldades em reconhecer emoções...), social (dificuldade na interpretação das situações sociais, visão negativa das interações sociais...) e cognitivo (fraco rendimento escolar, dificuldades de concentração e de memória, atitudes favoráveis ao uso da violência, dificuldades na resolução de problemas) (Carlson, 2000; Clements, Oxtoby, & Ogle, 2008). Podemos constatar que há uma percepção quanto às necessidades evidenciadas nas crianças acolhidas, por parte dos profissionais que exercem funções em Casas de Abrigo.

No que toca às competências a ter na intervenção com crianças, os profissionais referem competências relacionais, como a simpatia, a disponibilidade, a relação empática, a imposição de limites, a atenção, o dinamismo, o ser bom ouvinte e a transmissão de segurança. Consideram que os conhecimentos teóricos, como competências técnicas específicas na intervenção com crianças, o conhecimento da temática, o conhecimento do estágio de desenvolvimento da criança, a relação empática, imposição de limites, competências na área social e humana e conhecimento do funcionamento familiar são fundamentais na intervenção com as crianças. Sani (2012), indica diversos fatores aos quais se deve estar atento na intervenção com crianças, nomeadamente a idade da criança, o seu estágio de desenvolvimento e a história de exposição à violência, o que vai de encontro às respostas relatadas pelos técnicos. Em termos de competências técnicas os profissionais de Casa de Abrigo, referem que para intervir com as crianças acolhidas é necessário saber

intervir de acordo com os modelos de intervenção, mencionam que é necessário desenvolver atividades que envolvam o impacto da violência conjugal no menores e ter capacidade de saber observar no que diz respeito aos sinais que possam indicar existência de risco/negligência paparental.

A grande maioria das intervenções com crianças expostas à violência interpaparental é realizada a nível terciário, de acordo com modelos de grupo. Essas intervenções em grupo vão permitir que as crianças explorem questões relacionadas com a violência, com a segurança, com a resolução de conflitos e também formas alternativas de lidar com o problema da violência (Rivett, Howarth, & Harold, 2006; Thompson & Trice-Black, 2012). De salientar que, os técnicos da presente amostra demonstram saber quais as competências técnicas e relacionais a ter em conta na intervenção com crianças vítimas de violência interpaparental, acolhidas em Casa de Abrigo.

Quando questionados acerca da importância da intervenção com crianças, os técnicos consideram-na fundamental. Consideram que a intervenção com as crianças vítimas de violência interpaparental é indispensável, uma vez que, é através desta, que as crianças conseguem estabilizar emocionalmente, é uma forma de diminuir o medo do agressor, bem como de prevenir a transmissão intergeracional da violência. Mencionam a intervenção individual e em grupo como forma de desmistificar mitos e reformular conceitos acerca da violência e da família. Como já foi referido anteriormente, os técnicos na teoria sabem realmente o que deve ser feito com estas crianças, mas na prática, não se verificam intervenções direcionadas diretamente para elas. Sani (2012), refere que a intervenção com crianças expostas à violência interpaparental está relacionada com a redução de problemas de internalização e externalização, restabelecimento do sentimento de segurança, desenvolvimento de competências, autonomia e capacidade de relacionamento interpessoal.

Após a análise do presente subtópico referente à intervenção desenvolvida com as crianças em Casa de Abrigo, foi possível verificar a escassa intervenção realizada com as crianças institucionalizadas em Casa de Abrigo. Os técnicos referem a intervenção individual, bem como a intervenção em grupo como forma de ajudar estas crianças/ jovens. Mencionam ainda que na maioria das vezes, quando alguma criança dá entrada na instituição são realizadas atividades de caráter lúdico para permitir a integração da mesma na instituição. Mas em termos práticos, a intervenção em si, o que é feito para minimizar as necessidades das crianças ainda está em falta nas Casas de Abrigo. Sani (2012), vem corroborar o que se referiu anteriormente, pois segundo a autora, a intervenção com crianças em Casas de Abrigo está ainda muito limitada, referindo que as atividades realizadas com as crianças se desviam de uma intervenção terapêutica, e que essas mesmas atividades não sofrem qualquer tipo de avaliação posterior à realização das mesmas. Refere ainda que para haver intervenção individual ou em grupo com estas crianças, tem de existir um conhecimento aprofundado da problemática da exposição à violência interpaparental e perceber a que níveis, estas crianças se encontram afetadas, para que posteriormente possam ser elaborados programas que vão de encontro às suas necessidades.

No que concerne à abordagem da equipa multidisciplinar, relativamente ao processo de autonomização das crianças e suas famílias, os entrevistados referem que esta deve ser sistemática, integrada, construtiva e diversificada, mas sempre centrada na intervenção com as mães. O processo de autonomização está direcionado para a intervenção com as mães, através do plano delineado pela equipa técnica desde a entrada das mulheres e seus filhos na instituição, para que, conseqüentemente, as mulheres apliquem as competências adquiridas juntamente com os seus filhos. A equipa técnica assegura todos os domínios necessários para a autonomização das mulheres, dá-lhes apoio jurídico, apoio relativo às competências parentais, formação na procura de emprego, assegura as necessidades psicossociais da

família, e ainda intervenção psicológica. De acordo com o artigo 7º, do Capítulo II, do Decreto Regulamentar nº 1/2006 “ *o acompanhamento pessoal assenta numa intervenção sistemática e integrada, nomeadamente nas áreas do apoio social, psicológico, educacional, profissional e jurídico, e obedece à elaboração de um plano individual de intervenção*”.

A abordagem multidisciplinar realizada pela equipa técnica vai de encontro à legislação, verificando-se intervenção por parte da mesma no processo de autonomização destas famílias acolhidas.

Nas respostas às entrevistas é possível verificar dificuldades/ desafios na intervenção com crianças. A intervenção direta com as crianças é secundarizada devido à falta de técnicos, segundo referem os entrevistados, algumas das dificuldades sentidas é a falta de profissionais que possam dar atenção às mães e outros que possam intervir com as crianças institucionalizadas, tendo em conta as suas necessidades individuais. Contudo, há um reconhecimento por parte dos técnicos de Casa de Abrigo, de que as crianças que por lá passam necessitam de intervenção. De acordo com Coutinho e Sani (2010), estas autoras confirmam o que foi referido acima acerca da intervenção com crianças, que se torna secundarizada. Atestam que nas Casas de Abrigo, inicialmente, o trabalho desenvolvido com os utentes era destinado maioritariamente às mães, considerando “ *(...) que o apoio às crianças era considerado por arrasto, nunca tido como uma responsabilidade direta.*” (p. 633). Mais recentemente, as Casas de Abrigo têm prestado um acompanhamento socioeducativo às crianças de acordo com as suas necessidades individuais. Outra das dificuldades proferidas pelos técnicos é a morosidade dos procedimentos judiciais, o que leva a que a intervenção não seja determinante na vida destas mães e destas crianças. Um estudo realizado por Magalhães, Morais e Castro (2011), relativamente à organização e funcionamento de uma Casa de Abrigo, com os técnicos a exercer funções na mesma, uma das respostas alusiva às dificuldades sentidas no trabalho da Casa de Abrigo, um dos técnicos

refere exatamente o mesmo que foi descrito acima, a morosidade dos processos judiciais, referindo que esta morosidade causa consequências nas utentes, tal como a desmotivação pela reformulação de um projeto de vida.

O tempo de acolhimento é outra das dificuldades sentidas por estes profissionais, visto que o período de permanência em Casa de Abrigo é de 6 meses. O tempo de exposição, os comportamentos desajustados, a relação com os pares e a insegurança são vistos também como dificuldades na intervenção com crianças. Coutinho e Sani (2010) comprovam o que se referiu, proferindo que a intervenção com crianças institucionalizadas em Casas de Abrigo acarreta uma série de restrições, sendo estas o período de permanência, privacidade, a variável etária, desenvolvimental e a exposição à violência.

Como sugestões para regularizar a intervenção dos técnicos com as crianças institucionalizadas, estes profissionais partilham das mesmas ideias, referem parcerias, protocolos, recursos da própria instituição, formação especializada, disponibilidade dos técnicos e programas de intervenção como forma de melhorar a intervenção e como forma de não esquecer a intervenção com crianças, visto que é reconhecido por parte destes profissionais, que a intervenção está voltada maioritariamente para as mulheres vítimas de violência doméstica.

A intervenção que é realizada com os utentes que passam pelas Casas de Abrigo, está ainda muito fixa nas mulheres vítimas de violência doméstica, deixando para trás a intervenção com as crianças. Apesar das mães serem a figura de suporte destas crianças que sofreram de violência interpaparental, há que lhes dar atenção, pois o trabalho com as mães ao nível da parentalidade, apenas, não é suficiente para ajudar estas crianças. Assim sendo, os adjetivos utilizados para designar estas vítimas vai manter-se e vão continuar a ser “invisíveis” e “esquecidas”, pois a intervenção nas instituições que as acolhe não lhes dá a atenção de que necessitam.

## **Conclusão**

O fenómeno da violência interpaparental continua a fazer parte da realidade de muitas famílias, e as crianças são quem mais sofre. Sofrem em silêncio durante anos acarretando repercussões inevitáveis para o seu bem-estar e desenvolvimento. A criança é um ser indefeso e vulnerável e o seu crescimento torna-se condicionado pelas suas figuras parentais, através da violência praticada no seio familiar. Para estas crianças, que assistem diariamente à violência praticada pelos progenitores, quer direta, quer indiretamente, leva a que estas tenham uma opinião desconstruída acerca do conceito de família.

Ao longo deste trabalho, deparamo-nos com uma revisão teórica, selecionada de forma cuidada, para que se tornasse a mais pertinente para a obtenção de um conhecimento mais aprofundado da problemática da Violência Interpaparental e dos programas de intervenção a aplicar com as crianças envolvidas na mesma, pois só desta forma foi possível desenvolver o enquadramento teórico, bem como uma condução científica do estudo adequados. A parte científica deste estudo tem patente todo o processo metodológico utilizado de forma pormenorizada.

O objetivo geral da presente investigação consiste em conhecer quais as práticas interventivas utilizadas pelos técnicos de Casas de Abrigo, a nível nacional, junto de crianças filhas de mães vítimas de violência doméstica. Em termos de resultados é esperado recolher-se dados caracterizadores da intervenção preconizada numa amostra representativa de Casas de Abrigo em Portugal, permitindo a definição de modelos e estratégias de atuação tipo, avaliando divergências e convergências entre as diversas estruturas apresentadas no estudo.

O interesse pelo presente estudo emergiu, a partir do local onde foi efetuado o estágio curricular da aluna, uma Casa de Abrigo, situada na zona Norte do país. A escassa investigação com crianças expostas à violência interpaparental acolhidas em Casas de Abrigo

despertou o interesse para a realização deste estudo, dando especial atenção à intervenção realizada com as crianças institucionalizadas.

Reconhecendo que as práticas interventivas, designadamente de caráter terapêutico não constituem ainda tradição nestas estruturas de acolhimento, sustentados por este e outros estudos empíricos sobre o impacto e de avaliação de intervenções realizadas com crianças expostas à violência interpaparental, pretender-se-á refletir e apresentar uma proposta de modelo interventivo nesta temática.

O instrumento utilizado para a recolha dos dados foi a entrevista, desenvolvida propositadamente para o presente estudo. A entrevista utilizada evidencia propriedades que permitem a sua utilização em investigações futuras, traduzindo-se num instrumento útil que permite conhecer as práticas interventivas utilizadas pelos técnicos de Casa de Abrigo com as crianças institucionalizadas. Como foi referido, a entrevista foi administrada via *online*, o que se torna numa limitação para o estudo, pois se fosse uma entrevista semiestruturada, administrada pelo próprio entrevistador, as respostas às questões seriam mais abrangentes e o conteúdo seria mais enriquecedor. Houve respostas que não correspondiam à questão em si, pois os técnicos vaguearam nas suas respostas fugindo ao que realmente se pretendia.

De acordo com os resultados obtidos, foi possível verificar que a intervenção realizada por estes profissionais, nas referidas instituições, predomina nas progenitoras e não nos seus filhos. A justificação proferida pelos técnicos para que tal aconteça, é o facto de considerarem a mãe como um pilar, um suporte na vida destas crianças e como tal a intervenção estar direcionada para as progenitoras. As questões relacionadas com a parentalidade, como regras, estilos parentais entre outros são a preocupação destes profissionais, tendo em conta as necessidades das crianças, parece-lhes importante trabalhar estes aspetos com as mães. Contudo é de notar uma consciencialização, por parte dos entrevistados, no que diz respeito às necessidades das crianças acolhidas juntamente com as suas mães, mas na prática é feito

muito pouco para colmatar essas mesmas necessidades. Os profissionais ao longo da entrevista enunciam práticas interventivas que podem ser realizadas com as crianças acolhidas, mas estas acabam por não ser aplicadas, devido à falta de técnicos como é referido por alguns entrevistados.

É necessário refletir com muito cuidado acerca da intervenção com crianças expostas à violência interpaparental, acolhidas em Casa de Abrigo, para que haja casos de sucesso após a saída destes menores da instituição que os acolheu. Para que tal seja possível, tem de haver uma melhoria na intervenção no âmbito das Casas de Abrigo, que poderá passar pelo alargamento das redes de acolhimento e pela quantidade de técnicos das instituições a prestar serviço nestas estruturas, tal como foi proposto por alguns técnicos que responderam à nossa entrevista. O alargamento das redes de acolhimento permitirá reduzir o tempo de espera dos utentes para integrar as instituições, o que leva ainda, a que haja um maior número de vítimas a ser acolhidas. O aumento dos técnicos nas instituições existentes permitirá que o apoio prestado às crianças seja mais efetivo e sistemático, possibilitando assim um acompanhamento mais individualizado.

É importante que os profissionais, que trabalham com estas crianças, procurem adquirir novas ferramentas que assentem numa melhor compreensão acerca desta problemática, promovendo assim uma melhor reflexão sobre as estratégias de intervenção a utilizar com esta população, para que haja uma maior qualidade nas suas intervenções.

Apesar da investigação nesta área estar ainda pouco aprofundada em Portugal, já existem alguns trabalhos interessantes e com qualidade. Desta forma, esperamos ter contribuído para uma melhor compreensão das necessidades e constrangimentos que as crianças enfrentam nestas estruturas, tendo como objetivo a melhoria da intervenção com as mesmas.

## Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Amato, P. (2008). Recent changes in family structure: implications for children, adults and society. Disponível em <http://www.healthymarriageinfo.org/docs/changefamstructure.pdf>. (Consultado em 11/3/2013).
- ASJP Home Page. [Em linha]. Disponível em <http://www.asjp.pt/2010/11/10/servico-de-teleassistencia-a-vitimas-de-violencia-domestica-testado-na-regiao/>. [Consultado em 24/03/2013].
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2012). *Estatísticas APAV: crianças e jovens vítimas de crime (2000-2011)*. Unidade de Estatística.
- Baker, L. L., & Cunningham, A. J. (2005). *Learning to listen, learning to help: understanding woman abuse and its effects on children*. London, On: Centre for Children e Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Black, D. S., Sussman, S., & Unger, J. B. (2010). A further look at the intergenerational transmission of violence: witnessing interparental violence in emerging adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, 25, 1022-1042.
- Brancahnone, P. G., Fogo, J. C., & Williams, L. C. (2004). Crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho académico. *Psicologia: Teoria e Prática*, 20, 113-117.
- Campanón, C. B. (2008). Menores vítimas de violencia de género: experiencia de intervención en un centro de acogida para familias vítimas de violencia de género. *Intervención Psicosocial*, 17, 337-351.

- Carlson, B. E. (2000). Children exposed to intimate partner violence: research findings and implications for intervention, *Trauma, Violence & Abuse*, 4, 321-342.
- Carroll, J. C. (1977). The intergenerational transmission of family violence: the long-term effects of aggressive behavior. *Aggressive Behavior*, 3, 289-299.
- Chiodi, M. G., & Wechsler, S. M. (2008). Avaliação psicológica: contribuições brasileiras. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 2, 197-210.
- Clements, C. M., Oxtoby, C., & Ogle, R. L. (2008). Methodological issues in assessing psychological adjustment in child witnesses of intimate partner violence. *Trauma, Violence & Abuse*, 9, 114-124.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2012). *Relatório anual de avaliação da atividade das comissões de proteção de crianças e jovens*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco.
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2010). Casas de abrigo: a solução ou o problema? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 633-641.
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2011). Casas de abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. In A. I. Sani (Coord.), *Temas de vitimologia: realidades emergentes na vitimação e respostas sociais*. (pp. 293-305.). Coimbra: Almedina.
- Cunningham, M. A., & Baker, L. (2004). *What about me: seeking to understand a child's view of violence in the family*. London: Centre of Children & Family in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- Dadds, M. R., Atkinson, E., Turner, C., Blums, G. J., & Lendich, B. (1999). Family conflict and child adjustment: evidence for a cognitive-contextual model of intergenerational transmission. *Journal of Family Psychology*, 13, 194-208.

- Edleson, J. L., Ellerton, A. L., Seagren, E. A., Kirchberg, S. L., Schmidt, S. O., & Ambrose, A. T. (2007). Assessing child exposure to adult domestic violence. *Children and Youth Services Review, 29*, 961-971.
- EMCVD (2006). Guia de recursos na área da violência domestica. [Em linha]. Disponível em [http://195.23.38.178/siicportal/files/siic-GuiaRecursosCompleto\\_200711081153.pdf](http://195.23.38.178/siicportal/files/siic-GuiaRecursosCompleto_200711081153.pdf). [Consultado em 24/03/2013].
- Esfandyari, B., Baharudin, R., & Nowzari, L. (2009). The relationship between inter-parental conflicts and externalizing behaviour problems among adolescents. *European Journal of Social Sciences, 12*, 117-122.
- Fantuzzo, J. W., Mohr, W. K., & Noone, M. J. (2000). Making the invisible victims of violence against women visible through university/ community partnerships. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 3*, 9-23.
- Fantuzzo, J. W., & Fusco, R. A. (2007). Children's direct exposure to types of domestic violence crime: a population-based investigation. *Journal of Family Violence, 22*, 543-552.
- Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Graham-Bermann, S. A. (2001). Designing intervention evaluation for children exposed to domestic violence: applications of research and theory. In S. A. Graham-Bermann & J. Edleson (Eds.), *Domestic violence in the lives of children. the future of research, intervention and social policy*. (pp. 237-267). Washington: American Psychological Association.
- Graham-Bermann, S. A., & Hughes, H. M. (2003). Intervention for children exposed to interparental violence (IPV): assessment of needs and research priorities. *Clinical Child and Family Psychology Review, 6*, 189-204.

- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment : a cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108, 267-290.
- Grych, J. H., & Cardoza-Fernandes, S. (2001). Understanding the impact of interparental conflict on children. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development* (pp. 157-187). Cambridge : Cambridge Press.
- Hester, M., Pearson, C., & Harwin, N. (2002). *Making an impact: children and domestic violence*. (3ª ed) Londres: Jessica Kingsley.
- Hines, D. A., Saudino, K. J. (2002). Intergerational transmission of intimate partner violence- a behavioral genetic perspective. *Trauma, Violence, & Abuse*, 3, 210-225.
- Holden, G. W. (2003). Children exposed to domestic violence and child abuse: terminology and taxonomy. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6, 151-160.
- Huth-Bocks, A. C., Levendosky, A. A., & Semel, M. A. (2001). The direct and indirect effects of domestic violence on young children's intellectual functioning. *Journal of Family Violence*, 16, 269-289.
- Hutz, C. S., & Silva, D. M. (2002). Avaliação psicológica com crianças e adolescentes em situação de risco. *Avaliação Psicológica*, 1, 73-79.
- Instituto da Segurança Social (2009). *Guia prático- respostas sociais- população adulta- pessoas vítimas de violência doméstica*. Instituto da Segurança Social.
- Iraurgi, I., Martínez-Pampliega, A., Iriarte, L., & Sanz, M. (2011). Modelo cognitivo-contextual del conflicto interparental y la adaptación de los hijos. *Anales de psicología*, 27, 562-573.
- Jouriles, E. N., McDonald, R., Norwood, W. D. & Exell, E. (2001). Issues controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence. In S. Graham-Bermann, A. & Edleson, J. (Ed.), *Domestic violence in the lives of children. the future of*

*research, intervention and social policy*. (pp. 13-34). Washington: American Psychological Association.

Kashani, J. H., & Allan, W. D. (1998). *The impact of family violence on children and adolescents*. Thousand Oaks: Sage.

Kerley, K. R., Xu, X., Sirisunyaluck, B. & Alley, J. M. (2010). Exposure to family violence in childhood and intimate partner perpetration or victimization in adulthood : exploring intergenerational transmission in urban thailand. *Journal of Family Violence*, 25, 337-347.

Kwong, M. J., Bartholomew, K., Henderson, A. J. Z., & Trinke, S. J. (2003). The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology*, 17, 288-301.

Levendosky, A., Huth-Bocks, A., Shapiro, D., & Semel, M. (2003). The impact of domestic violence on the maternal-child relationship and preschool-age children's functioning. *Journal of Family Violence*, 17, 275-287.

Litrownik, A. J., Newton, R., Hunter, W. M., English, D., & Everson, M. D. (2003). Exposure to family violence in young at-risk children: a longitudinal look at the effects of victimization and witnessed physical and psychological aggression. *Journal of Family Violence*, 18, 59-73.

Magalhães, T. (2004). *Maus-tratos em crianças e jovens* (3ª Ed). Coimbra: Quarteto Editora.

Magalhães, M. J., Morais, C., & Castro, Y. R. (2011). Organização e funcionamento duma casa de abrigo de solidariedade social. *Psicologia e Sociedade*, 23, 598-607.

Maldonado, D. P., Cavalcanti, L., & Williams, A. (2005). O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. *Psicologia em Estudo*, 10, 353-362.

- Margolin, G. (1998). Effects of domestic violence on children. In P. K. Trickett & C. Schellenbach, *Violence against children in the family and the community* (pp.57-92). Washington: Copyrighted Material
- Margolin, G., & Gordis, E. B. (2000). The effects of family and community violence on children. *Annual Reviews Psychology*, 51, 445-479.
- Margolin, G., & Vickerman, K. A. (2011). Posttraumatic stress in children and adolescents exposed to family violence : I. overview and issues. *Couple and Family Psychology : Research and Practice*, 1, 63-73.
- Markowitz, F. E. (2001). Attitudes and family violence : linking intergenerational and cultural theories. *Journal of Family Violence*, 16, 205-218.
- Mihalic, S. W., & Elliot, D. (1997). A social learning theory model of marital violence. *Journal of Family Violence*, 12, 21-47.
- O'Keefe, M. (1998). Factores mediating the link between witnessing interparental violence and dating violence. *Journal of Family Violence*, 13, 39- 57.
- Osofsky, J. D. (1995). Children who witness domestic violence : the invisible victims. *Society for Research in Child Development*, 3, 1-20.
- Peled, E., & Davis, D. (1995). *Groupwork with children of battered women : a practitioner's guide*. London : SAGE Publications.
- Peterson, C. S., & Koller, S. H. (2006). Avaliação psicológica em crianças e adolescentes em situação de risco. *Avaliação Psicológica*, 5, 55-66.
- Pires, A. D., & Miyazaki, M. S. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes : revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arquivo Ciência Saúde*, 12, 42-49.
- Poole, A., Beran, T., & Thurston, W. E. (2008). Direct and indirect services for children in domestic violence shelters. *Journal of Family Violence*, 23, 679-686.

Portal do Cidadão Home Page. [Em linha]. Disponível em [http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/PCM/CIG/pt/SER\\_linha+telefonica+de+informacao+as+victimas+de+violencia+domestica.htm](http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/PCM/CIG/pt/SER_linha+telefonica+de+informacao+as+victimas+de+violencia+domestica.htm). [Consultado em 20/03/2013].

Portugal, S. (2000). Globalização e violência doméstica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 231-258.

Rivett, M., Howarth, E., & Harold, G. (2009). “Watching from the stairs”: towards an evidence-based practice in work with child witnesses of domestic violence. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 1, 103-125.

Roberts, A. R., & Lewis, S. J. (2000). Giving them shelter: national organizational survey of shelters for battered women and their children. *Journal of Community Psychology*, 28, 669-681.

Sani, A. I. (2002). Crianças expostas à violência interpaparental. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crime* Vol.2 (pp. 95-131). Coimbra: Quarteto Editora.

Sani, A. I. (2004). Abordagens teóricas da violência interpaparental: compreensão do ajustamento da criança ao conflito dos pais. *Teoria, Investigação e Prática*, 9, 153-177.

Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 41, 849-864.

Sani, A. I. (2011). *Crianças vítimas de violência: representações e impacto do fenómeno*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sani, A. I., & Almeida, T. (2011). Violência interpaparental: a vitimação indirecta de crianças. In A. I. Sani (Coord.), *Temas de vitimologia: realidades emergentes na vitimação e respostas sociais* (pp.11-32). Coimbra: Edições Almedina.

Sani, A. I., & Cunha, D. (2011). As práticas educativas parentais em mulheres vítimas de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27, 429-437.

- Sani, A. I. (2012). Intervenção terapêutica com crianças expostas à violência interpaparental: avaliar, priorizar e intervir. In S. Neves (Org.), *Intervenção psicológica e social com vítimas- volume i - crianças* (pp.141-162). Coimbra: Edições Almedina.
- Silva, J. (2009). Serviços públicos de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica: uma análise das casas-abrigo. [Em linha]. Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=168126](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=168126). [Consultado em 22/03/2013].
- Silva, L. N., Lisboa, C., & Koller, S. H. (2005). Bioética na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de risco: dilema sobre o consentimento e a confidencialidade. *Doenças Sexualmente Transmissíveis*, 17, 201-206.
- Souza, G. L., Kantorski, L. P. (2003). Maus-tratos na infância. *Família Saúde Desenvolvimento*, 5, 213-222.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Suderman, M., & Jaffe, P. G. (1999). *A handbook for health and social service providers and educators on children exposed to woman abuse/ family violence*. Ottawa: Family Violence Prevention Unit, Health Canada.
- Tardivo, L. C., Júnior, A. P., & Santos, M. R. (2005). Avaliação psicológica de crianças vítimas de violência doméstica por meio do teste das fábulas de duss. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 6, 59-66.
- Thompson, E. H., & Trice-Black, S. (2012). School-based group interventions for children exposed to domestic violence. *Journal of Family Violence*, 27, 233-241.
- Van den Bosse, S., & McGinn, M. A. (2009). Child wealfare professionals' experiences of childhood exposure to domestic violence. *Child Wealfare*, 88, 49-65.

- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, È. R., Katz, C. T. & Colares, V. (2008). Indicadores de maus-tratos em crianças e adolescentes para uso e prática da odontopediatria. *Odontologia*, 7, 113-118.
- Webb, N. B. (1999). Play therapy crisis intervention with children. In N. B. Webb (Ed.), *Play therapy with children in crisis: Individual, group, and family treatment* (pp. 29-48). Nova York: Guilford.

# Anexo I

## Guião da entrevista

# Entrevista a Técnicos de Casas de Abrigo

Sani, A. & Correia, A. (2012)

Esta entrevista insere-se no âmbito da preparação da dissertação de Mestrado em Psicologia Jurídica pela Universidade Fernando Pessoa desenvolvida pela mestranda Ana Lúcia Aranda Correia, sob orientação da Professora Doutora Ana Sani.

Esta entrevista dirige-se a técnicos que realizem funções em casas de abrigos existentes em território nacional e tem como propósito conhecer as práticas interventivas junto de crianças filhas de suas mães vítimas de violência doméstica. O preenchimento desta entrevista terá a duração aproximada de 30 minutos.

A participação neste estudo é voluntária. Caso aceite participar, deverá antes de mais prestar o seu consentimento (cf. baixo - Consentimento Informado). Apenas os investigadores envolvidos no projeto terão acesso aos dados e, por isso, as respostas são totalmente confidenciais

Leia atentamente as questões, pedindo-lhe que responda no próprio documento que lhe enviamos, o qual uma vez preenchido, agradecemos que enviasse para Ana Correia <18169@ufp.edu.pt>.

Antes de começar o seu preenchimento certifique-se que vê esclarecidas quaisquer dúvidas que possa ter. Questões adicionais sobre o estudo poderão ser dirigidas aos autores, a partir do endereço acima referido.

## DADOS PESSOAIS

Idade:    anos

D.N. (opção):    /    /

Sexo: M     F

Estado Civil:    Solteiro/a     Casado/a ou União de facto     Divorciado/a ou Separado/a     Viúvo/a

Habilitações:

Área:

Instituição:

Função:

Tempo de função:

## CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro ter sido informado(a) e estar ciente dos propósitos e termos em que decorrerá o presente estudo, da participação voluntária no mesmo, dos limites da confidencialidade e das demais questões, disponho-me a participar no mesmo e a responder de forma sincera.

Data:    /    /

## GUIÃO DA ENTREVISTA

---

1. Caracterize brevemente a instituição que trabalha:

Resposta:

2. Como ocorreu estar a trabalhar nesta instituição?

Resposta:

3. Quais as funções que desenvolve na casa de abrigo?

Resposta:

4. Para além de si que outros técnicos exercem funções na casa de abrigo?

Resposta:

5. No seu entender qual o objetivo funcional de uma casa de abrigo?

Resposta:

6. Quais as características da casa de abrigo (dimensão, estruturas, equipamentos, capacidade)?

Resposta:

7. Que tipo de utentes acolhe nesta casa de abrigo?

Resposta:

8. Como descreve a intervenção desenvolvida junto dos utentes da casa de abrigo?

Resposta:

9. No que toca especificamente às crianças, quais as necessidades mais evidenciadas por estas?

Resposta:

10. Quais as competências técnicas específicas e relacionais que considera necessárias para trabalhar com as crianças?

Resposta:

11. Considera importante que haja algum tipo de intervenção com as crianças acolhidas em casa de abrigo.  
Porquê?

Resposta:

12. Descreva o tipo de intervenção desenvolvida pela equipa técnica, especificamente, junto das crianças da casa de abrigo?

Resposta:

13. Para o processo de autonomização das crianças e suas famílias como se descreve a abordagem da equipa multidisciplinar?

Resposta:

14. Quais as maiores dificuldades ou desafios na intervenção com crianças em casas de abrigo?

Resposta:

15. Qual a experiência que melhor recorda associada a uma intervenção junto de uma criança acolhida na vossa casa de abrigo?

Resposta:

16. Refira sugestões para que a intervenção junto de crianças acolhidas em casas de abrigo assuma um carácter mais regular e extensível em termos de intervenção dos técnicos.

Resposta:

**Gratos pela sua colaboração.**

# Anexo II

Matriz conceptual referente às  
categorias das entrevistas aos  
técnicos de Casas de Abrigo

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Características das Casas de Abrigo

**Subcategoria:** Objetivo Funcional

Unidade de Análise	
Registo semântico	Contexto
<p>Proteção, Segurança, Estabilização emocional, Apoio e orientação no processo de mudança.</p>	<p>S1: “ O objetivo primordial é o de proteção e segurança dos agregados nela acolhidos, posteriormente estabilização emocional (...).”</p> <p>S3: “ O objetivo funcional é acolhe-las, abriga-las, tendo em conta a segurança, visando a sua segurança e dos filhos, a segurança física, a segurança psicológica, a estabilização emocional (...).”</p> <p>S4: “ (...) o objetivo de uma Casa de Abrigo é acolher temporariamente as mulheres vítimas de violência doméstica e os seus filhos menores, auxiliando-as através de apoio e orientação no processo de mudança que desejam para as suas vidas (...).”</p> <p>S6: “ Acolher temporariamente as mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores tendo em vista a sua segurança e proteção (...).”</p> <p>S7: “ Acolher mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos (...).”</p> <p>S5: “ Proporcionar todas as condições de segurança às mulheres e crianças vítimas de violência doméstica (...).”</p> <p>S8: “ Aumentar a segurança de mulheres e filhos vítimas de violência (...).”</p> <p>S9: “ O acolhimento residencial, a segurança das mulheres vítimas e dos seus filhos (...).”</p> <p>S10: “ Proporcionar às mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores um ambiente “familiar” seguro, com apoio psicossocial e jurídico (...).”</p> <p>S11: (...) proporcionar segurança e bem estar às mulheres vítimas de violência doméstica e seus descendentes acolhidos na instituição.”</p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

<p>Reformulação de um novo projeto de vida, Reconstrução familiar e individual, Promoção da autonomia, Acompanhamento.</p>	<p>S1: “ (...) fornecer apoio na reformulação de um novo projeto de vida.”  S2: “ Uma Casa de Abrigo tem como objetivo apoiar as vítimas na construção de um novo projeto de vida, bem como reconstrução de nova identidade como pessoa individual, bem como família (...).”  S3: “ (...) reestruturação do projeto de vida deles (...) tendo sempre em conta a autonomia delas (...).”  S5: “ (...) providenciar todo o apoio técnico necessário à construção de um novo projeto de vida (...).”  S6: “ (...) promovendo a sua autonomia.”  S7: (...) assegurando-lhes o acompanhamento biopsicossocial e jurídico necessário a uma (re)construção ativa de novos projetos de vida pessoal e familiar, sem violência.”  S8: “Promover autonomia.”  S9: (...) uma oportunidade para reconstruírem as suas vidas, através de um novo projeto de vida, incidindo nas competências pessoais e parentais (...).”  S10: “ (...) apoio psicossocial e jurídico para a construção de novos projetos de vida, sem violência.”  S11: “Promover a autonomia (...) às mulheres vítimas de violência doméstica e seus descendentes acolhidos na instituição.”</p>
--	---

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Características das Casas de Abrigo

**Subcategoria:** Características Estruturais

Unidade de Análise	
Registo semântico	Contexto
Quartos unifamiliares, Casa de banho, Sala de convívio, sala de brincar, Sala de Formação.	<p>S1: “A Casa de Abrigo da Delegação de Matosinhos (...) Dispõe de 10 quartos unifamiliares com W.C., sala de convívio com televisão e dvd. Espaço destinado apenas às crianças- sala de brincar e uma sala de formação para profissionais e utilizadoras.”</p> <p>S2: “Tem 10 quartos, uma sala de convívio (...) sala de convívio para os menores, sala de formação (...)”</p> <p>S3: “A nível de estruturas temos a (...) sala de convívio (...)”</p> <p>S4: “ As instalações são constituídas por quatro quartos de cama, uma sala de estar (...) uma casa de banho para utentes, uma sala de visitas/ sala de brinquedos (...)”</p> <p>S5: “ (...) sete quartos amplos e confortáveis e cinco quartos de banho. As zonas comuns são constituídas por uma sala de jantar e de estar (...) um quarto de banho de serviço (...) e uma sala de convívio para as crianças.”</p> <p>S6: “ As instalações da Casa de Abrigo são compostas por seis quartos, um dos quais adaptado a pessoa de mobilidade reduzida (...) uma sala de atividades lúdicas, uma sala comum (...) duas casas de banho interiores, uma casa de banho exterior para funcionários, que se encontra adaptada a pessoa de mobilidade reduzida (...)”</p> <p>S7: “ A Casa de Abrigo “VeraVida” é uma habitação unifamiliar de três pisos. 8 quartos (tamanho variável), quatro wc completos, dois wc de serviço, uma sala de estar, uma sala de atividades (...).</p> <p>S8: “ Azorina: 4 quartos, sala de estar, 4 instalações sanitárias (...). Vidalii: 5 quartos , 3 instalações sanitárias, sala de estar, sala dos brinquedos (...)”</p> <p>S9: “ O primeiro piso é constituído por sala de estar, sala dos brinquedos para crianças, 2 quartos de cama com casa de banho individual e mais 2 casas de banho (uma para monitoras e técnicas e outra para uso das utentes); o 2º piso é constituído por 3 quartos de cama e 2 casa de banho; e um 3º piso sótão que é também utilizado como quarto de cama, e que tem casa de banho privativa.”</p> <p>S10: “ A Casa de Abrigo Vera Vida é uma moradia do tipo unifamiliar (...) composta por 3 pisos. Os dois pisos superiores são compostos por 8 quartos, 4 wc. A cada 2 quartos é atribuído um wc. No R/C existe (...) 2wc (um</p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

	<p><i>para funcionárias e outro dos utentes), (...) 1 sala de estar, 1 sala de atividades/brincar (...).”</i></p>
<p>Cozinha, lavandaria, capacidade de utilizadores, refeitório, gabinete técnico.</p>	<p><i>S1: “A casa de abrigo da Delegação de Matosinhos tem capacidade para 25 utilizadores, entre mulheres e crianças. Cozinha e lavandaria tipo industrial e cozinha multiusos de utilização exclusiva das utilizadoras: preparação de pequenas refeições/ lanches e lavagem da roupa de uso pessoal.”</i></p> <p><i>S2: “A Casa de Abrigo tem capacidade para acolher 25 utilizadores. Tem (...)refeitório, cozinha multiusos, (...) lavandaria, gabinete da equipa técnica e gabinetes de atendimento, berçário.”</i></p> <p><i>S3: “em termos de capacidade, temos capacidade para 45 utentes. A nível de estruturas temos a cozinha (...).”</i></p> <p><i>S4: “ A Casa Abrigo “Renascer” tem capacidade para acolher 15 pessoas (...). As instalações são constituídas por (...) uma cozinha para as utentes, (...), uma cozinha que serve como refeitório para o pessoal de serviço e dá apoio a várias atividades das utentes, um escritório para o pessoal técnico (...).”</i></p> <p><i>S5: “O Porto d’Abrigo tem capacidade para 16 pessoas (...). As zonas comuns são constituídas por uma sala de jantar e de estar, uma cozinha, (...), uma lavandaria (...).”</i></p> <p><i>S6: “As instalações da Casa Abrigo são compostas por (...) duas cozinhas comuns, (...), um escritório para a equipa técnica (...). A Casa Abrigo tem capacidade total para acolher 20 utentes (mulheres e filhos).”</i></p> <p><i>S7: Capacidade: 16 utentes (mulheres e seus filhos). (...) uma cozinha, uma lavandaria, uma sala de refeições e de estar, (...), dois gabinetes técnicos e administrativos, um gabinete das ajudantes de ação direta (...).”</i></p> <p><i>S8: “Azorina: capacidade para 8 pessoas. (...) sala de jantar, cozinha, lavandaria, quintal). Vidalii: capacidade para 12 pessoas. (...) 2 cozinhas, (...), sala de jantar, (...) lavandaria (...). As utilizadoras das casas abrigo são responsáveis pela confeção das suas refeições, bem como do tratamento da sua roupa.”</i></p> <p><i>S9: “A nova estrutura foi adquirida recentemente ( ano de 2010). O imóvel era uma antiga residencial, constituída por rés-do-chão, com lavandaria (...); o 1º piso é composto por um escritório, (...) cozinha (...); A capacidade atual da casa de abrigo é de 18 pessoas.</i></p> <p><i>S10: “No R/C existe uma secretaria/ gabinete tecnico, um gabinete das Ajudantes de Ação Direta, (...), 1 cozinha, 1 lavandaria, 1 sala de estar/ sala de refeições (...). A cozinha e a lavandaria encontra-se equipada de modo as que as refeições e o tratamento de roupa seja feito pelas utentes com a supervisão das Ajudantes de ação direta. Acolhe 16 utentes, mulheres e seus filhos.”</i></p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

	<i>S11: “Tem capacidade para 15 utentes, incluindo as mulheres e respetivos descendentes menores.”</i>
Sala de estudo, Sala de informática, quarto das máquinas, dispensa, arrecadações, garagem, pátio exterior.	<p><i>S3: “A nível de estruturas (...), temos salas de estudo, temos a sala de informática ... temos aulas de ginástica (...).”</i></p> <p><i>S4: “ (...) duas arrecadações e três pátios.”</i></p> <p><i>S5: “Existe ainda um pátio exterior.”</i></p> <p><i>S6: “A Casa Abrigo é um prédio urbano, tipo moradia, composta por r/chão e 1º andar, com área coberta de 106,40m2, e espaço exterior. As instalações da Casa Abrigo são compostas por (...), três despensas, uma garagem, (...) uma arrecadação para arrumos.”</i></p> <p><i>S7: “ (...) um pátio exterior, dois pequenos arrumos para equipamentos diversos e roupa. Todos os espaços estão adequadamente mobilados. Possui os equipamentos necessários de apoio a bebés, tais como cadeirinhas camas, carrinhos etc..”</i></p> <p><i>S8: “Azorina: (...), quarto de arrumações, quarto das monitoras de inserção (...). Vidalii: (...) quarto das monitoras de inserção, sala de estudo, espaços de arrumações.”</i></p>

**Categoria:** Características das Casas de Abrigo

**Subcategoria:** População acolhida

<b>Unidade de Análise</b>	
<b>Registo semântico</b>	<b>Contexto</b>
Mulheres vítimas de violência doméstica, crianças, mulheres com deficiência, rapazes com idade inferior a 12 anos.	<p><i>S1: “Mulheres e crianças.”</i></p> <p><i>S2: “Mulheres e crianças.”</i></p> <p><i>S3: “São mulheres, a partir dos 18 anos.”</i></p> <p><i>S4: “As pessoas acolhidas na Casa Abrigo «Renascer» são mulheres vítimas de qualquer tipo de violência doméstica e seus/suas filhos/as menores. Na sua generalidade são pessoas que por qualquer motivo não têm de momento apoio familiar ou social nem possibilidades económicas, mas que pretendem sair de uma relação caracterizada por maus tratos e abusos físicos, psicológicos e/ou sexuais.”</i></p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

	<p><i>S5: “Mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos.”</i></p> <p><i>S6: “A Casa Abrigo destina-se somente ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, provenientes das diferentes zonas do país, encaminhadas, essencialmente, por serviços de apoio e atendimento a vítimas de violência doméstica. A problemática incide na violência doméstica, sendo que as características e contextos pessoais e sociais das utentes/famílias acolhidas é heterógeneo.”</i></p> <p><i>S7: Mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, sendo que os filhos rapazes apenas podem ser acolhidos até aos 12 anos. (derivado à necessidade de partilha do WC entre dois quartos).”</i></p> <p><i>S8: “Mulheres vítimas de violência e seus filh@s menores.”</i></p> <p><i>S9: “A casa de abrigo acolhe mulheres vitimas de violência doméstica e seus filhos; mulheres em risco, e por lacunas sociais, por falta de mecanismos efectivos de resposta, a casa de abrigo também acolhe mulheres com deficiência, com alguma capacidade funcional (higiene, alimentação).”</i></p> <p><i>S10: “Mulheres e seus filhos menores, vitimas de violencia doméstica. Os filhos do sexo masculino apenas podem ser acolhidos caso tenham idade inferior a 12 anos, devido à partilha de diferentes espaços, nomeadamente WC e outros espaços.”</i></p> <p><i>S11: Mulheres vitimas de violência doméstica sinalizadas por Entidades e Organismos da comunidade.”</i></p>
--	---

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Práticas Interventivas dos Técnicos

**Subcategoria:** Intervenção com os utentes

Unidade de Análise	
Registo semântico	Contexto
<p>Temporária, desenvolvimento de competências, autonomização, individual e em grupo, multidisciplinar integrada.</p>	<p><i>S1: é uma intervenção temporária, que visa potenciar e desenvolver competências; desencadear mecanismos que lhes permitam seguir um novo projecto de vida, sem violência, de forma sustentada e numa perspectiva de autonomização.”</i></p> <p><i>S2: A intervenção é desenvolvida tendo em conta a equipa técnica, que é uma equipa multidisciplinar. Cada elemento da equipa tem o espaço necessário e desejado para poder intervir de forma individual e em conjunto, tendo em consideração as individualidade de cada utilizadora e agregado. Estando bem definido o trabalho que a equipa técnica executa de forma multidisciplinar.”</i></p> <p><i>S3: A intervenção é multidisciplinar. é feita a vários níveis. A nível social, jurídico e psicológico, profissional, educacional, nós temos várias vertentes. Elas recorrem sobretudo ao social e ao apoio jurídico, isto é, o nosso apoio jurídico tem os seus limites, é tentar apoiar-las nos requerimentos do apoio jurídico. É a esse nível e dentro daquilo que nós sabemos responder em termos jurídicos. Também temos as advogadas que dão apoio à instituição em geral e que quando necessitamos, solicitamos então o apoio ou a informação jurídica das advogadas, em termos de informação...”</i></p> <p><i>S6: A intervenção é efectuada consoante as necessidades específicas de cada agregado, sendo comum a todas a capacitação das mulheres para a autonomização e responsabilização enquanto cidadãs activas na comunidade.”</i></p> <p><i>S7: “Intervenção multidisciplinar e integrada, com o objetivo de redução dos impactos da vitimação, informação e empoderamento das vitimas, fomentadora da segurança e autonomia pessoal, que possibilite a reconstrução de novos projetos de vida sem violência.”</i></p> <p><i>S8: “Promoção da autonomia.”</i></p> <p><i>S9: “É uma intervenção multidisciplinar, assenta nas necessidades e especificidades de cada utente, com base na realização de um plano de intervenção.”</i></p> <p><i>S10: “A intervenção é focada na família, não esquecendo a individualidade de um dos seus membros</i></p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

	<p><i>constituíntes. Está sempre subjacente à intervenção que são grupos familiares desmembrados e em situação de crise. A intervenção técnica divide-se em diferentes áreas: educação, saúde, profissional, jurídica e psicossocial (mulher, criança e família). É realizada em equipa e baseada num trabalho em rede.”</i></p>
Satisfação das necessidades, apoio técnico, auto estima, autoconceito, reincidência.	<p><i>S4: “ (...) a intervenção desenvolvida junto destes utentes prende-se com a satisfação das necessidades de alojamento, proteção e segurança, higiene, alimentação, encaminhamento social, apoio jurídico, apoio psicológico, reinserção social e profissional e desenvolvimento individual.”</i></p> <p><i>S5: “Promoção da autoestima das mulheres e crianças e desenvolvimento de um auto-conceito positivo; Desenvolver a capacidade de afirmação através do empowerment e consciencialização dos seus direitos.”</i></p> <p><i>S6: “A intervenção é efectuada consoante as necessidades específicas de cada agregado.”</i></p> <p><i>S8: “Prevenção de reincidência.”</i></p> <p><i>S11: “Promotora de um ambiente acolhedor e seguro para as utilizadoras e respetivos descendentes menores. Promotora de competências pessoais, profissionais, parentais e sociais.”</i></p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Práticas Interventivas dos Técnicos

**Subcategoria:** Necessidades das crianças acolhidas

<b>Unidade de Análise</b>	
<b>Registo semântico</b>	<b>Contexto</b>
<p>Segurança, vinculação afetiva, sentimento de culpa, mudança, acompanhamento escolar, acompanhamento psicológico, saúde</p>	<p>S1: “Necessitam de segurança em relação ao espaço físico e em relação à progenitora que os acompanha.”</p> <p>S2: “As principais necessidades, de forma geral, destas crianças estão relacionadas com a vinculação afetiva, com o sentimento de culpa (...). É possível verificar em algumas crianças, a necessidade de trabalhar as emoções (...)”</p> <p>S3: “Nós fazemos sempre a ponte para a situação escolar, integra-las nas escolas, nos infantários, é a prioridade. Em termos de saúde também temos um médico de família que dá apoio às utentes da Casa de Abrigo e também às crianças. Em termos psicológicos também há acompanhamento quando surge essa necessidade.”</p> <p>S4: “Segundo a minha experiência, as crianças evidenciam principalmente necessidades de: mudança ou inscrição em instituições de ensino; acompanhamento do percurso escolar; encaminhamento para serviços de saúde; correta imposição de disciplina por parte da figura materna; estabelecimento ou reforço de uma relação afetiva equilibrada com os progenitores; garantia de satisfação das suas necessidades básicas pelos mesmos; em alguns casos, acompanhamento psicológico, devido à situação de vida em que se encontram.”</p> <p>S7: “Estabelecimento do sentimento de segurança para si e para as mães; explicitação/compreensão sobre a ruptura familiar/social sofrida;(…) reintegração rápida nas estruturas educativas e/ou de apoio á família (...)”</p> <p>S8: “Segurança, ver o pai, retomar as suas rotinas (escola, amig@s).”</p> <p>S9: “Em relação às crianças as necessidades evidentes são (...) carência afetiva patente na agressividade dirigida muitas vezes à própria mãe e restantes utentes.”</p> <p>S10: “(...) dependendo de diferentes variáveis, noemadamente idade, impacto, desenvolvimento, resiliências, e outras, assinalaria que a necessidade mais evidenciada é a segurança.”</p>
<p>Atenção, disciplina, baixa autoestima, relacionamento com os familiares/pares</p>	<p>S6: “Adequação de actividades de lazer e ocupação dos tempos livres ajustadas à faixa etária e contexto. Em muitas situações observa-se a necessidade de atenção, afecto e imposição de regras e limites.”</p> <p>S7: “(...) reorganização dos papeis e funções familiares; estabelecimento de novas rotinas funcionais no seu dia a dia; (...); redefinição/restabelecimento da sua relação com os pais/agressores; restabelecimento dos</p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

	<i>contatos/relações com a família de origem/ amigos; definição de um projeto de vida a curto/médio prazo.”</i> S9: <i>“Em relação às crianças as necessidades evidentes são a falta de rotinas, regras (...)”</i>
--	---

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Práticas Interventivas dos Técnicos

**Subcategoria:** Competências para a intervenção com crianças

<b>Unidade de Análise</b>	
<b>Registo semântico</b>	<b>Contexto</b>
<p>Simpatia, disponibilidade, atenção, informar, sentir, dinamismo, saber ouvir, saber interpretar, transmitir segurança</p>	<p>S1: “Ser empático, dinâmico e disponível. Tecnicamente saber ouvir, estar atento a pequenos sinais de alerta ( dar-lhes a devida importancia), saber interpretar a linguagem não verbal, informar de forma ajustada conforme a idade e transmitir segurança.”</p> <p>S4: “Além disso, é preciso saber comunicar com os menores de forma apropriada e adaptada à sua idade,(...).”</p> <p>S5: “É também muito importante a capacidade para estabelecer uma relação de confiança com a criança de forma a que a mesma se sinta segura.</p> <p>S8: “Capacidade de adequar a linguagem;</p> <p>S9: “fazer sentir à criança que ela é importante, que a sua opinião tem valor.</p> <p>S10: “A nível relacional deve saber escutar, ter flexibilidade, ter abertura à "mudança" e ter empatia.</p> <p>S11: “Capacidade de escuta ativa(...); Proporcionar o desenvolvimento de um sentimento de confiança.”</p>
<p>Conhecimento da temática (V.D.), Conhecimento do estágio de desenvolvimento da criança, relação empática, imposição de limites,</p>	<p>S2: “É extremamente importante ter a capacidade de conseguirmos sentir o que elas sentem, colocarmo-nos no lugar delas - criarmos empatia - para conseguirmos trabalhar os aspectos psicoemocionais de relevo. Ter conhecimento da evolução psicoemocional da criança, para poder fazer a distinção do normal e patológico. E, como é claro, ter conhecimento da temática - Violência Doméstica - para adequarmos os conhecimentos científicos para uma melhor intervenção.”</p> <p>S3: “As competências técnicas temos de ter alguma formação na área infantil. E percebermos um bocadinho o diagnóstico das problemáticas das crianças, em termos de comportamentos, aquilo que é dito ou esperado, o normal quando elas vêm para cá. Sofrem uma adaptação à mudança e há todo um processo, que nós temos de estar sensibilizados para isso e depois também as problemáticas clínicas que surgem, também temos de estar atentos.”</p> <p>S4: “Considero necessário ter conhecimentos acerca do desenvolvimento normal das crianças em cada idade, por forma a fomentar o mesmo e conseguir detetar qualquer problema que possa ocorrer.”</p> <p>S6: “Competências na área social e humanas, nomeadamente, a nível psicológico e na promoção de relações sociais</p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

<p>competências na área social e humana, conhecimento do funcionamento familiar.</p>	<p><i>saudáveis, bem como, a nível escolar.”</i></p> <p><i>S7: “Conhecimento técnico sobre as diferentes fases de desenvolvimento infantil. Conhecimento técnico sobre o funcionamento das famílias nas suas diversas fases de desenvolvimento. Conhecimentos técnicos sobre os processos de rutura e crise nas famílias. Conhecimento técnico sobre as dinâmicas familiares associadas á violência domestica, com especial relevo no que concerne a o desempenho dos papéis parentais. Conhecimento técnico dos processos de vitimação direta e indireta das crianças, oriundas de famílias onde existe violência domestica. Conhecimento técnico sobre como intervir (modelos de intervenção) junto destas crianças (tendo em consideração os vários grupos étarios e tipo de vitimação sofrida). Capacidade de estabelecer uma boa comunicação e uma relação de confiança e empatia, com crianças de vários níveis etários e diversas origens socio-económicas e competências desenvolvimentais.”</i></p> <p><i>S8: “estabelecer uma relação empática; desenvolver atividades por forma a explorar o impato da violência conjugal em menores; compreender o papel do lúdico na intervenção; na intervenção, não substituir o papel da mãe.”</i></p> <p><i>S9: “A capacidade empática, escuta ativa, saber perspectivar e compreender a situação com o "olhar" da criança, perceber a problemática traumática associada, perceber os silêncios e respeitar os seus tempos; (...).”</i></p> <p><i>S10: “Deve ter formação específica ao nivel da problemática da violencia domestica. Deve também ter conhecimentos sobre o desenvolvimento global das crianças.”</i></p> <p><i>S11: “Capacidade de observação dos sinais indiciadores de existência de disfuncionalidade ou risco / negligência parental;”</i></p>
--	--

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Práticas Interventivas dos Técnicos

**Subcategoria:** Importância da intervenção com crianças

<b>Unidade de Análise</b>	
<b>Registo semântico</b>	<b>Contexto</b>
<p>Estabilização emocional, reformulação de conceitos, representações da família, problemas de comportamento, diminuição do medo.</p>	<p>S1: <i>“É fundamental! Do mesmo modo que se intervem com as progenitoras, as crianças precisam de estabilizar emocionalmente porque invariavelmente as mudanças são revitimizantes: mudança de escola, separação do seu mundo (brinquedos, actividades, grupos de pares), necessitam de reformular conceitos e representações da família - com a agravante que muitas vezes não sabem porque estão aqui...”</i></p> <p>S3: <i>“Claro que sim. Há muitas questões que podem ser trabalhadas aqui. Podemos também, tentar colmatar a estabilização emocional e eventuais problemas de comportamento (...).”</i></p> <p>S5: <i>“Parece-me fundamental que a equipa trabalhe com vista a minimizar o impacto que a violência teve sobre a criança e que a ajude a desenvolver a autoestima e autoconfiança.”</i></p> <p>S8: <i>“Sim. Perceber o grau de exposição à violência interparental; explorar fatores de risco e de proteção; aumentar resiliência e auto-estima; aumentar o nível de percepção de segurança; desmitificar crenças relativas à violência; prevenir a transmissão intergeracional da violência; diminuir o medo; trabalhar tipologia de papéis da criança no seio familiar (definidos por Baker e Cunningham).”</i></p> <p>S9: <i>“Sim, porque uma das nas nossas preocupações é realmente o estado afetivo das crianças, que são direta ou indiretamente vitimas da violência familiar (...).”</i></p>
<p>Aquisição de confiança, intervenção individual e em grupo, adaptação, mudança, acompanhamento psicológico</p>	<p>S2: <i>“Considero que é extremamente importante que haja intervenção individual (apoio e/ou acompanhamento psicológico) e em grupo. Para dar oportunidade da criança ter o seu espaço (individual) para adquirir confiança e poder expor as suas angústias e medos, bem como é importante o espaço grupal de partilha e de modelagem.”</i></p> <p>S3: <i>“Claro que sim. Há muitas questões que podem ser trabalhadas aqui. A mudança, podemos tentar apaziguar um bocadinho a sintomatologia perturbadora da adaptação. Em grupo, costuma funcionar muito bem, eles costumam aderir bastante bem e tem funcionado.”</i></p> <p>S6: <i>“Sim, sobretudo a nível psicológico, de forma a facilitar, compreender e ultrapassar as situações vivenciadas, lidando com as mesmas de uma forma mais ajustada.”</i></p> <p>S9: <i>“(...) temos encaminhado as crianças, para a consulta de psicologia do centro de saúde e/ou hospital; já que a psicóloga da casa de abrigo atende as mães destas crianças, e as utentes do centro de atendimentos, desta forma não seria ético estar a intervir diretamente na criança. “</i></p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Práticas Interventivas dos Técnicos

**Subcategoria:** Intervenção desenvolvida com as crianças na Casa de Abrigo

<b>Unidade de Análise</b>	
<b>Registo semântico</b>	<b>Contexto</b>
<p>Intervenção psicológica, atividades lúdicas, avaliação das necessidades, intervenção com as progenitoras, acompanhamento a nível de saúde, intervenção em espaços ocupacionais.</p>	<p><i>S1: “Para além da correspondente intervenção terapeutica efectuada pelo psicólogo, são desenvolvidas diferentes actividades meramente lúdicas para ajudar a normalizar os efeitos negativos do contexto de violência que vivenciaram, sem esquecer a integração nos respectivos equipamentos escolares e pré-escolares.</i></p> <p><i>De referir como aspecto muito importante na intervenção com as crianças, um espaço terapeutico só deles ( em grupo ou individualmente) (...).”</i></p> <p><i>S2: “A minha intervenção (Psicológica) tem como finalidade a avaliação e acompanhamento psicológico da criança. Também é importante trabalhar as mães/mulheres para que criar a nova identidade familiar (...).”</i></p> <p><i>S3: “Intervenção, nós articulamos com as escolas, integramos a parte escolar, integramos a parte da saúde, tentamos muitas das vezes trabalhar competências parentais cá dentro, tentar sensibilizar as mães em termos afetivos, em termos de práticas educativas, o acompanhamento escolar, o facto de cumprir com as refeições, cumprir com os planos de saúde, cumprir com as regras, com as rotinas em relação aos filhos, tudo isso é feito. É feito um trabalho em parceria com as mães e que nos cabe a nós também, fazer essa monitorização.”</i></p> <p><i>S4: “A equipa técnica procede a uma avaliação informal das necessidades da criança, fazendo os encaminhamentos e acompanhamentos necessários no que respeita a serviços de saúde, estabelecimentos educativos, aquisição de vestuário, acompanhamento psicológico, intervenções da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, entre outros. Paralelamente, tenta-se apoiar as mães na aquisição e/ou prática de competências parentais, através de encaminhamentos, ações de formação e aconselhamento direto.”</i></p> <p><i>S5: “Depende da idade da criança. No entanto, de uma forma geral a intervenção consiste em apoiar as mulheres na sua relação mãe - filhos, o que tem um impacto muito positivo na mudança comportamental das crianças. Quando se verifica a necessidade de um acompanhamento em consulta de pedopsiquiatria ou psicologia, a criança é encaminhada para serviço específico do serviço nacional de saúde.”</i></p> <p><i>S6: “Promoção da relação mãe- filho, promoção de competências pessoais e sociais.”</i></p> <p><i>S7: “As crianças são integradas o mais rapidamente possível nas estruturas educativas e de apoio à família. São</i></p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

	<p><i>restabelecidas novas rotinas previsíveis de vida. Dependendo da idade, são alvo da intervenção da psicóloga de acordo com o modelo proposto por Isabel Sani. É efetuado aconselhamento parental às mães (...).”</i></p> <p><i>S8: “Ficha de levantamento do impacto da violência conjugal n@s menores, que permite diagnosticar a percepção que a progenitora tem sobre este tema, e a partir daí trabalhar com a mãe uma maior sensibilidade face à exposição das crianças e jovens a conversas/situações desajustadas à idade; Acompanhamento psicológico do menor e da mãe; Integração em espaços ocupacionais (ATL, projetos de intervenção comunitária, campos de férias, etc).)”</i></p> <p><i>S9: “A equipa técnica realiza diversas diligencias no sentido de integrá-las na comunidade escolar, e social, através de atividades coletivas e com os seus pares, de forma a terem contextos múltiplos onde se possam realizar e desenvolver competências sociais e pessoais, de forma a reforçar a sua autoestima e autoconceito;”</i></p> <p><i>S10: “A intervenção da equipa tecnica desenvolve-se essencialmente em tres dominios: ao nivel da vitimação, ao nivel das competencias pessoais e sociais (onde englobamos a estimulação do desenvolvimento) e ao nivel das relações com o agressor/pai.”</i></p> <p><i>S11: “Acompanhamento e encaminhamento para apoio e integração nos serviços da comunidade: infantário ou escola, centro de saude, hospital, etc.”</i></p>
--	---

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Práticas Interventivas dos Técnicos

**Subcategoria:** Abordagem no processo de autonomização

<b>Unidade de Análise</b>	
<b>Registo semântico</b>	<b>Contexto</b>
<p>Sistemática, integrada, apoio social, construtiva, diversificada, intervenção com as mães</p>	<p>S1: “Que a intervenção seja sistemática e integrada, só desta forma se consegue produzir mudança.”</p> <p>S2: “Todos temos um papel importante que se complementa no final, assegurando que todas as necessidades psicossociais daquela nova família se irão encontrar asseguradas.”</p> <p>S3: “Em termos jurídicos é feito tudo, tratada toda a papelada em termos de apoio jurídico, em relação às queixas, à regulação das responsabilidades parentais, à queixa crime e divórcio, partilhas. Em termos de emprego, elas estão inscritas no centro de emprego daqui ou então é realizada a transferência do centro de emprego do local de onde vêm e tentamos sensibilizar. Temos ações de formação relativamente ao emprego aqui dentro, em que procuramos que elas adquiram técnicas de procura de emprego, responder a anúncios, entrevistas. Em termos parentais, também temos formação a nível de competências parentais, para além do trabalho que fazemos junto de cada utente, consoante as necessidades e as dificuldades que elas apresentem. Em termos psicológicos também temos ações de formação semanais (...).Em termos de autonomização, há os subsídios. Neste momento temos a grande lacuna do emprego e estamos a ter bastantes dificuldades em integra-las no mercado de trabalho, são esses subsídios que de certa forma vão permitindo a autonomização das utentes e das crianças (...).”</p> <p>S4: “A autonomia é trabalhada desde a entrada na Casa Abrigo, através da potencialização das capacidades individuais no que se refere à gestão quotidiana, assim como da orientação ao nível das respostas educativas e sócio-profissionais.”</p> <p>S5: “Uma abordagem construtiva tendo por base o aumento das competências e qualificações das mulheres e crianças, trabalhando sempre em parceria com os restantes serviços da comunidade.”</p> <p>S6: “Assenta (...) na capacitação e responsabilização das mães, tornando-as mais activas e participativas no que respeita à concretização dos objectivos por estas delineados.”</p> <p>S7: “Centra-se no empoderamento das mães e promoção da sua autonomia e segurança. Este processo implica uma intervenção diversificada; psicológica, social, jurídica, na educação/formação, no emprego, na saúde. Se a futura</p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

	<p><i>autonomização da família não passa pelo regresso á zona de origem, é incentivado e promovido o estabelecimento de uma nova rede formal e informal de apoio. Ao nível psicológico baseamos a intervenção nos modelos de intervenção em crise e no modelo narrativo de re-autoria.”</i></p> <p><i>S9: “A equipa multidisciplinar (...) procede à realização de um projeto de intervenção, onde são delineados objetivos a curto, medio e longo prazo, com base nas necessidades e especificidades da utente e seus filhos.”</i></p> <p><i>S10: “O Processo de autonomização é realizado recorrendo-se ao desenvolvimento das redes de suporte formal e informal, na zona para a qual a mulher decidiu ir residir.”</i></p> <p><i>S11: “Informação e acompanhamento para a utilização dos recursos da comunidade. Apoio na procura activa de emprego e encaminhamento para cursos de educação e formação. Promover a aquisição de competências pessoais, profissionais, parentais e sociais, das utilizadoras, quando necessário.</i></p> <p><i>Manutenção do acompanhamento familiar, por parte da Casa Abrigo, no periodo inicial de autonomização Institucional.”</i></p>
--	---

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Práticas Interventivas dos Técnicos

**Subcategoria:** Dificuldades/ desafios na intervenção com crianças

<b>Unidade de Análise</b>	
<b>Registo semântico</b>	<b>Contexto</b>
<p>Tempo de acolhimento, ambiente securizante, horários, competências parentais, sistema judicial, tempo da exposição à violência</p>	<p>S1: “Estar condicionada ao tempo de acolhimento ( 6 meses), que por vezes pode ser muito menor ,depende do projecto de vida da progenitora.”</p> <p>S2: “As saudades que sentem dos familiares, perceberem porque tem que estar acolhidas. perceberem a dualidade de sentimentos que tem em relação ao progenitor. Por fim, conseguir criar um ambiente social securizante para que elas criem novos laços.”</p> <p>S3: “Uma das dificuldades que eu tenho é muito prática, que é conciliar os horários delas com os meus (...)as competências parentais é uma das nossas dificuldades (...) o desafio a que eu me tenho proposto, em parceria com a minha colega de gabinete, temos tentado implementar um programa de intervenção em grupo, especificamente para este tipo de crianças (...).”</p> <p>S4: “As maiores dificuldades prendem-se, a meu ver, com: a falta de estruturas específicas de apoio/formação aos pais no que concerne às competências parentais; os maus-tratos e negligência de que muitas vezes estas crianças são vítimas por parte das próprias utentes, o que coloca a equipa técnica numa posição difícil de conciliação de intervenções; a falta de celeridade do sistema judicial no que concerne, por exemplo, aos processos de Regulação do Poder Paternal; questões jurídicas relativas à proteção e segurança das crianças face ao agressor da mãe, que muitas vezes é também agressor dos menores; a ineficácia dos sistemas de proteção de crianças e jovens.</p> <p>S5: “Quanto maior o tempo de exposição à violência, mais difícil se torna o trabalho com as crianças pois é mais difícil atingir os objetivos já descritos.”</p>
<p>Comportamentos desajustados, resistência à mudança, integração escolar, relação com os pares, crianças com patologias, insegurança,</p>	<p>S6: “a maior dificuldade assenta na alteração de comportamentos desajustados, face aos diferentes contextos e promoção de hábitos saudáveis (...).A dificuldade é maior devido à resistência de muitas mães à mudança.”</p> <p>S7: “A reintegração no novo meio escolar sem prejuízo dos resultados académicos, e o estabelecimento de novos grupos de pares.”</p> <p>S8: “O baixo insight de algumas progenitoras relativamente a possíveis áreas de intervenção; o fato de ver a violência conjugal como uma problema que existe só entre os pais; crianças com patologia de base.”</p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

relacionamento com o agressor	<i>S9: “Em termos da aceitação e integração no contexto casa abrigo, pois implica mudanças e transformações na vida das crianças; e conquistar a confiança destas crianças, que vêm fragilizadas do seu contexto familiar, pelas dinâmicas associadas.”</i> <i>S10: “Apoiar a criança no desenvolvimento de uma relação parental saudável com o pai/agressor.”</i>
-------------------------------	---

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Práticas Interventivas dos Técnicos

**Subcategoria:** Melhor experiência na intervenção com crianças

Unidade de Análise	
Registo semântico	Contexto
	<p>S1: <i>“Foi possível reduzir substancialmente a sintomatologia psicossomática de um contexto vivencial violento e iniciar um trabalho de reforço e desenvolvimento de competências sociais e pessoais - que possibilitaram após saída, com a devida supervisão, um crescimento equilibrado e ajustado daquele menor.” agora consigo dormir toda a noite.”</i></p> <p>S2: <i>“A que irei recordar para sempre, foi uma intervenção junto de uma família (três filhas - 16, 13 e 7 anos de idade) que tinha um funcionamento plenamente coordenado em situação de violência. Quando foram acolhidas, começou a faltar o elemento principal, de união, de coordenação, o agressor, então, iniciaram os conflitos graves entre os membros da família. Associados a estes conflitos (tentativa de suicídio) cada elemento (crianças) teve o espaço para poder exprimir as características desenvolvimentais inerentes a idade, que até então estavam proibidas por existirem outras prioridades, nomeadamente a de sobrevivência. Deste modo, tive que iniciar acompanhamento familiar e ajudar na reconstrução da identidade individual e familiar do agregado. Felizmente com grande sucesso.”</i></p> <p>S3: <i>“aquilo que mais me recordo é dos grupos, da intervenção em grupo também da intervenção individual, mas em grupo teve mais impacto para mim em termos pessoais, os resultados, porque é fantástico reuni-los numa mesa, trabalhar sentimentos e eles falarem espontaneamente dos episódios de violência do pai, os sentimentos que els têm em relação a essas figuras, ao pai, à mãe, em relação aos receios deles quando saem, quando vão sair daqui, o que os espera, o que é que os preocupa e acho que se recolhe bastante material em relação a isso e acho que esse trabalho é muito gratificante.”</i></p> <p>S4: <i>“A experiência mais recente foi a de duas crianças de 12 e 13 anos que deram entrada na Casa Abrigo junto com a progenitora. Eram vítimas de violência doméstica por parte do pai das crianças/marido da utente. Uma semana mais tarde, a senhora decidiu voltar para a casa do agressor, mas as filhas não queriam ir devido aos comportamentos violentos do pai, pelo que solicitaram a intervenção da equipa técnica, sendo que uma delas</i></p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

<p><i>inclusive pediu repetidamente para ser institucionalizada. Foram feitos atendimentos com as menores e com a utente e o caso foi comunicado à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Esta entidade, após audiência de interessados, decidiu que as menores não iriam para casa do pai, se não quisessem, pelo que seriam institucionalizadas. A utente desistiu então da ideia de regressar ao agressor. Contudo, começou a revelar comportamentos violentos e negligentes face às crianças, dentro da própria Casa Abrigo, tendo decidido novamente regressar a casa. Face aos relatos do pessoal ao serviço da Casa Abrigo, à observação direta e aos atendimentos com as menores e com a utente, a equipa técnica elaborou um relatório denunciando a situação à CPCJ. A utente acabou por regressar para casa do agressor, tendo uma das crianças sido institucionalizada e a outra foi morar em casa da avó paterna.”</i></p> <p><i>S5: “Fico sempre espantada com a mudança, com a diferença que vejo quando uma criança é acolhida e quando vai embora, como está mais calma, mais capaz, mais feliz”</i></p> <p><i>S6: “Uma (entre algumas do mesmo género) em que a criança chega à instituição bastante desorganizada em termos emocionais e de rotinas, utilizando o espaço exterior da casa como wc, agredindo outras crianças, não respeitando as orientações da mãe. Neste caso foi necessária a intervenção da equipa da Casa Abrigo, junto da criança e da mãe, no sentido de colmatar as situações mencionadas, bem como de estruturar a criança em termos emocionais, facilitando a sua interação social nos diferentes contextos.”</i></p> <p><i>S7: “Não consigo isolar "uma" experiência específica. Há várias que recordo como mais significativas, dentre todas as que tive.”</i></p> <p><i>S8: “Manifestações de alegria das crianças que deixaram de ter episódios de enurese noturna.”</i></p> <p><i>S9: “Uma das experiências mais gratificantes foi uma visita guiada ao museu da horta, com as várias crianças que integram a casa abrigo, com posterior atividade lúdica organizada pelo próprio museu, seguido de lanche, em que se pode constatar a felicidade e interação destas crianças, que são iguais a todas as outras, mas com necessidades afetivas e relacionais diferentes.”</i></p> <p><i>S10: “Uma senhora de 40 anos com um filho de 4 anos que depois de terem estado acolhidos na casa abrigo, distante da zona de origem foi possível o regresso à sua terra. Foi possível a este novo agregado familiar regressar à zona de origem, mediando as relações familiares e a regulação das responsabilidades parentais. Atualmente o menino vive</i></p>
---

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

	<p><i>com a mãe, mas conta com um pai participativo no seu processo de desenvolvimento pessoal e social. Era um menino que tinha uma forte necessidade da figura do pai, a mãe reconhecia esta necessidade, mas o pai foi alvo de intervenção dos técnicos da casa abrigo.”</i></p>
--	---

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

**Categoria:** Práticas Interventivas dos Técnicos

**Subcategoria:** Sugestões na intervenção com crianças

<b>Unidade de Análise</b>	
<b>Registo semântico</b>	<b>Contexto</b>
<p>Parcerias, protocolos, recursos da própria instituição, formação especializada, disponibilidade dos técnicos, programas de intervenção.</p>	<p>S1: <i>“dado que os recursos institucionais são escassos, por vezes não é de facto possível dar tempo e dar mais atenção terapeutica a estes menores, contudo é possível envolver os recursos da comunidade através de parcerias / protocolos e potenciar recursos da própria instituição.”</i></p> <p>S2: <i>“Seria importante criar protocolos de intervenção (no que concerne a área de psicologia) transversais a todas as casas de abrigo, bem como formação especializada para a equipa técnica de forma a adequar a intervenção transversalmente, com base científica actualizada.”</i></p> <p>S3: <i>“O ideal era ter um técnico para as utentes e um técnico para as crianças, isso era o ideal. O ideal seria mesmo dois técnicos ou então algum estagiário com supervisão da minha parte, também seria uma resposta (...).”</i></p> <p>S4: <i>“Uma sugestão seria, por exemplo, fazerem-se e implementarem-se programas de intervenção no domínio das atitudes face à violência.”</i></p> <p>S6: <i>“Apesar dos Técnicos poderem intervir com as crianças, a intervenção tem que ser sobretudo ao nível das mães pois são estas que vão “educar” e cuidar dos filhos, inculcando neles os valores e formas de estar na vida que praticam e, eventualmente, consideram mais correctos.</i></p> <p>S7: <i>“Considerar que as vítimas acolhidas nas casas de abrigo são as mulheres “e” os seus filhos, e não apenas as mulheres que “trazem” filhos. ( mudança do enfoque de “ mulheres vítimas de violência doméstica” para “ famílias vítimas de violência domestica”. Existencia de orientação técnicas mais precisas no que concerne ás intervenções das casas de abrigo.”</i></p> <p>S8: <i>“Implementação do Guia de Intervenção “Impacto da violência conjugal sobre crianças e jovens”, do Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica.”</i></p> <p>S9: <i>“A existência de um técnico específico para este tipo de intervenção; a articulação do técnico, com a equipa multidisciplinar; para além disso, para a realização de atividades mais regulares na casa de abrigo seria pertinente um/a animador/a sociocultural.”</i></p>

**Anexo:** Matriz conceptual referente às categorias das entrevistas aos técnicos de Casas de Abrigo

	<p><i>S10: “A sugestão que me ocorre tem a ver com a promoção das relações das crianças com os pais.”</i></p> <p><i>S11: “A intervenção Técnica abrangente e extensível aos menores pode permitir melhorias no desenvolvimento cognitivo destas, entre outros aspetos que poderão ser devidamente despistados e intervencionados.”</i></p>
--	--